

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	9
DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010	10
Demonstração do Valor Adicionado	11

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	12
Balanço Patrimonial Passivo	13
Demonstração do Resultado	15
Demonstração do Resultado Abrangente	16
Demonstração do Fluxo de Caixa	17

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	18
DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010	19
Demonstração do Valor Adicionado	20

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	21
Notas Explicativas	26
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	61

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	63
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	122.349
Preferenciais	0
Total	122.349
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	16/12/2010	Juros sobre Capital Próprio	20/04/2011	Ordinária		0,57400
Reunião do Conselho de Administração	14/03/2011	Juros sobre Capital Próprio		Ordinária		0,15100
Assembléia Geral Ordinária	11/04/2011	Dividendo	20/04/2011	Ordinária		1,31420

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	1.798.862	2.048.144
1.01	Ativo Circulante	1.059.460	1.297.982
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	360.095	457.538
1.01.03	Contas a Receber	289.194	535.730
1.01.03.01	Clientes	273.392	505.484
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	15.802	30.246
1.01.04	Estoques	378.126	275.950
1.01.06	Tributos a Recuperar	21.048	18.487
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	21.048	18.487
1.01.07	Despesas Antecipadas	10.997	10.277
1.02	Ativo Não Circulante	739.402	750.162
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	237.452	253.444
1.02.01.03	Contas a Receber	5.171	5.872
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	5.171	5.872
1.02.01.06	Tributos Diferidos	60.954	75.457
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	60.954	75.457
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	171.327	172.115
1.02.01.09.03	Depósitos judiciais	9.468	9.508
1.02.01.09.04	Impostos a recuperar	11.859	12.607
1.02.01.09.05	FIDC Lojas Renner	150.000	150.000
1.02.02	Investimentos	25.556	22.743
1.02.02.01	Participações Societárias	25.556	22.743
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	25.493	22.680
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	63	63
1.02.03	Imobilizado	408.624	406.998
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	401.017	390.941
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	7.607	16.057
1.02.04	Intangível	67.770	66.977
1.02.04.01	Intangíveis	67.770	66.977
1.02.04.01.02	Outros	67.770	66.977

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	1.798.862	2.048.144
2.01	Passivo Circulante	624.300	897.921
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	74.481	72.082
2.01.01.01	Obrigações Sociais	16.031	15.744
2.01.01.01.01	Encargos sociais	16.031	15.744
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	58.450	56.338
2.01.01.02.01	Salários a pagar	58.450	56.338
2.01.02	Fornecedores	276.932	317.078
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	276.932	317.078
2.01.03	Obrigações Fiscais	48.394	145.429
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	12.156	67.736
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	996	22.037
2.01.03.01.02	Outras obrigações fiscais federais	11.160	45.699
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	35.578	77.104
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	660	589
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	59.636	200.314
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	59.636	200.314
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	59.636	200.314
2.01.05	Outras Obrigações	146.073	145.437
2.01.05.02	Outros	146.073	145.437
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	84.295	61.167
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	16.208	16.208
2.01.05.02.04	Aluguéis a pagar	22.782	26.456
2.01.05.02.05	Outras obrigações	22.788	34.552
2.01.05.02.06	Participações estatutárias	0	7.054
2.01.06	Provisões	18.784	17.581
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	18.784	17.581
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	12.407	11.943
2.01.06.01.05	Provisões para riscos trabalhistas	6.377	5.638
2.02	Passivo Não Circulante	117.776	128.915
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	33.380	36.415
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	33.380	36.415
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	33.380	36.415
2.02.02	Outras Obrigações	52.378	49.228
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	16.781	17.335
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	16.781	17.335
2.02.02.02	Outros	35.597	31.893
2.02.02.02.03	Impostos e contribuições a recolher	31.203	28.964
2.02.02.02.04	Outras obrigações	4.394	2.929
2.02.04	Provisões	32.018	43.272
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	32.018	43.272
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	32.018	29.099
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	0	14.173
2.03	Patrimônio Líquido	1.056.786	1.021.308
2.03.01	Capital Social Realizado	408.734	408.734
2.03.02	Reservas de Capital	178.297	173.570

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	118.165	118.165
2.03.02.04	Opções Outorgadas	60.132	55.405
2.03.04	Reservas de Lucros	441.614	441.614
2.03.04.01	Reserva Legal	1.812	1.812
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	144.584	144.584
2.03.04.10	Reserva para investimento e expansão	295.218	295.218
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	29.113	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-972	-2.610

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	592.110	499.836
3.01.01	Receita líquida com venda de mercadorias	517.707	440.246
3.01.02	Receita líquida com produtos e serviços financeiros	74.403	59.590
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-249.547	-212.790
3.02.01	Custo das mercadorias vendidas	-243.393	-206.779
3.02.02	Custo dos produtos e serviços financeiros	-6.154	-6.011
3.03	Resultado Bruto	342.563	287.046
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-284.761	-237.705
3.04.01	Despesas com Vendas	-167.679	-137.674
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-51.512	-40.966
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	-18.781	-23.584
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	870	1.043
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-50.483	-42.077
3.04.05.01	Outras despesas operacionais	-24.415	-19.107
3.04.05.02	Plano de opção de compra de ações	-4.727	-3.829
3.04.05.03	Depreciações e amortizações	-21.483	-18.764
3.04.05.04	Resultado na baixa de ativos fixos	142	-377
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.824	5.553
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	57.802	49.341
3.06	Resultado Financeiro	5.791	5.461
3.06.01	Receitas Financeiras	11.085	9.668
3.06.02	Despesas Financeiras	-5.294	-4.207
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	63.593	54.802
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-16.006	-17.899
3.08.01	Corrente	-1.503	-11.513
3.08.02	Diferido	-14.503	-6.386
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	47.587	36.903
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	47.587	36.903
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,38890	0,30280
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,38200	0,29960

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2011 à 31/03/2011	Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
4.01	Lucro Líquido do Período	47.587	36.903
4.02	Outros Resultados Abrangentes	1.638	563
4.02.01	Hedge fluxo de caixa	1.638	563
4.03	Resultado Abrangente do Período	49.225	37.466

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-68.086	-3.361
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	60.579	55.875
6.01.01.01	Lucro líquido do período	47.587	36.903
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	21.471	18.752
6.01.01.03	Amortização do ágio	12	12
6.01.01.04	Resultado venda ou baixa de ativos fixos	32	428
6.01.01.05	Juros provisionados, líquidos dos pagos	-9	-6
6.01.01.06	Plano de opção de compra de ações	4.727	3.829
6.01.01.07	Resultado de equivalência patrimonial	-2.824	-5.553
6.01.01.08	Provisão p/riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-10.051	3.080
6.01.01.09	Tributos diferidos	14.503	6.386
6.01.01.10	Provisões para perdas em ativos	-14.869	-7.956
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-128.665	-59.236
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	235.460	148.158
6.01.02.02	Estoques	-90.676	-72.971
6.01.02.03	Perdas não realizadas com derivativos	1.638	563
6.01.02.04	Outros ativos circulantes	12.612	-5.025
6.01.02.05	Depósitos judiciais	40	168
6.01.02.06	Financiamento - operações serviços financeiros	-140.669	-3.628
6.01.02.07	Fornecedores	-40.146	-55.538
6.01.02.08	Salários e férias a pagar	2.112	2.369
6.01.02.09	Impostos e contribuições a recolher	-94.509	-77.709
6.01.02.10	Outras obrigações	-10.299	2.036
6.01.02.11	Aluguéis a pagar	-3.674	-1.641
6.01.02.13	Débitos com empresas ligadas	-554	3.982
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-23.921	-15.857
6.02.01	Aquisições de imobilizado	-18.292	-14.531
6.02.02	Aquisições de intangível	-5.675	-1.367
6.02.03	Recebimento por venda de ativo fixo	46	41
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-5.436	-1.933
6.03.02	Aumento de capital social	0	271
6.03.03	Pagamento de empréstimos	-3.035	-2.204
6.03.04	Juros sobre capital próprio e dividendos	-2.401	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-97.443	-21.151
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	457.538	410.713
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	360.095	389.562

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	408.734	173.570	441.614	0	-2.610	1.021.308
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	408.734	173.570	441.614	0	-2.610	1.021.308
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	4.727	0	-18.474	0	-13.747
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	4.727	0	0	0	4.727
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-18.474	0	-18.474
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	47.587	1.638	49.225
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	47.587	0	47.587
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	1.638	1.638
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	1.638	1.638
5.07	Saldos Finais	408.734	178.297	441.614	29.113	-972	1.056.786

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	402.945	156.184	308.819	0	-1.512	866.436
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	402.945	156.184	308.819	0	-1.512	866.436
5.04	Transações de Capital com os Sócios	271	3.829	0	0	0	4.100
5.04.01	Aumentos de Capital	271	0	0	0	0	271
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	3.829	0	0	0	3.829
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	36.903	563	37.466
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	36.903	0	36.903
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	563	563
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	563	563
5.07	Saldos Finais	403.216	160.013	308.819	36.903	-949	908.002

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
7.01	Receitas	742.626	619.808
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	760.479	642.655
7.01.02	Outras Receitas	928	737
7.01.02.01	Resultado na baixa de ativos fixos	142	-377
7.01.02.02	Outros resultados operacionais	786	1.114
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-18.781	-23.584
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-415.483	-348.161
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-299.993	-250.341
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-112.171	-92.430
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-3.319	-5.390
7.03	Valor Adicionado Bruto	327.143	271.647
7.04	Retenções	-21.483	-18.764
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-21.483	-18.764
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	305.660	252.883
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	14.005	15.221
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.824	5.553
7.06.02	Receitas Financeiras	11.181	9.668
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	319.665	268.104
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	319.665	268.104
7.08.01	Pessoal	84.962	68.176
7.08.01.01	Remuneração Direta	61.284	49.652
7.08.01.02	Benefícios	11.964	8.270
7.08.01.03	F.G.T.S.	5.574	4.624
7.08.01.04	Outros	6.140	5.630
7.08.01.04.01	Plano de opção de compra de ações	4.727	3.829
7.08.01.04.02	Remuneração dos administradores	1.413	1.801
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	147.875	131.554
7.08.02.01	Federais	64.409	62.209
7.08.02.02	Estaduais	79.186	65.841
7.08.02.03	Municipais	4.280	3.504
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	39.241	31.471
7.08.03.02	Aluguéis	34.017	27.273
7.08.03.03	Outras	5.224	4.198
7.08.03.03.01	Despesas financeiras	5.224	4.198
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	47.587	36.903
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	18.474	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	29.113	36.903

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	2.212.079	2.456.015
1.01	Ativo Circulante	1.642.597	1.872.921
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	504.977	683.661
1.01.03	Contas a Receber	736.088	893.748
1.01.03.01	Clientes	720.221	863.493
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	15.867	30.255
1.01.04	Estoques	378.126	275.950
1.01.06	Tributos a Recuperar	21.178	18.610
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	21.178	18.610
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.228	952
1.02	Ativo Não Circulante	569.482	583.094
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	87.464	103.451
1.02.01.03	Contas a Receber	5.171	5.872
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	5.171	5.872
1.02.01.06	Tributos Diferidos	60.954	75.457
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	60.954	75.457
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	21.339	22.122
1.02.01.09.03	Depósitos judiciais	9.480	9.515
1.02.01.09.04	Impostos a recuperar	11.859	12.607
1.02.02	Investimentos	63	63
1.02.02.01	Participações Societárias	63	63
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	63	63
1.02.03	Imobilizado	414.185	412.603
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	406.578	396.546
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	7.607	16.057
1.02.04	Intangível	67.770	66.977
1.02.04.01	Intangíveis	67.770	66.977
1.02.04.01.02	Outros	67.770	66.977

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	2.212.079	2.456.015
2.01	Passivo Circulante	708.507	977.575
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	74.529	72.108
2.01.01.01	Obrigações Sociais	16.047	15.753
2.01.01.01.01	Encargos sociais	16.047	15.753
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	58.482	56.355
2.01.01.02.01	Salários a pagar	58.482	56.355
2.01.02	Fornecedores	278.361	318.285
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	278.361	318.285
2.01.03	Obrigações Fiscais	49.179	146.674
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	12.924	68.940
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1.482	23.001
2.01.03.01.02	Outras obrigações fiscais federais	11.442	45.939
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	35.578	77.104
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	677	630
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	142.587	279.426
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	142.587	279.426
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	142.587	279.426
2.01.05	Outras Obrigações	145.067	143.501
2.01.05.02	Outros	145.067	143.501
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	84.295	61.167
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	16.208	16.208
2.01.05.02.04	Aluguéis a pagar	16.592	20.809
2.01.05.02.05	Outras obrigações	27.972	38.263
2.01.05.02.06	Participações estatutárias	0	7.054
2.01.06	Provisões	18.784	17.581
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	18.784	17.581
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	12.407	11.943
2.01.06.01.05	Provisões para riscos trabalhistas	6.377	5.638
2.02	Passivo Não Circulante	446.786	457.132
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	374.604	377.076
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	374.604	377.076
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	374.604	377.076
2.02.02	Outras Obrigações	40.018	36.642
2.02.02.02	Outros	40.018	36.642
2.02.02.02.03	Impostos e contribuições a recolher	31.203	28.964
2.02.02.02.04	Outras obrigações	8.815	7.678
2.02.04	Provisões	32.164	43.414
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	32.164	43.414
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	32.164	29.241
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	0	14.173
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.056.786	1.021.308
2.03.01	Capital Social Realizado	408.734	408.734
2.03.02	Reservas de Capital	178.297	173.570
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	118.165	118.165
2.03.02.04	Opções Outorgadas	60.132	55.405

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2.03.04	Reservas de Lucros	441.614	441.614
2.03.04.01	Reserva Legal	1.812	1.812
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	144.584	144.584
2.03.04.10	Reserva para investimento e expansão	295.218	295.218
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	29.113	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-972	-2.610

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	598.767	505.734
3.01.01	Receita líquida com venda de mercadorias	517.707	440.246
3.01.02	Receita líquida com produtos e serviços financeiros	81.060	65.488
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-249.547	-212.790
3.02.01	Custo das vendas com mercadorias	-243.393	-206.779
3.02.02	Custo dos produtos e serviços financeiros	-6.154	-6.011
3.03	Resultado Bruto	349.220	292.944
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-290.161	-242.833
3.04.01	Despesas com Vendas	-167.000	-137.053
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-51.523	-40.966
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	-18.809	-23.584
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	870	1.043
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-53.699	-42.273
3.04.05.01	Outras despesas operacionais	-27.599	-19.272
3.04.05.02	Plano de opção de compra de ações	-4.727	-3.829
3.04.05.03	Depreciações e amortizações	-21.515	-18.795
3.04.05.04	Resultado na baixa de ativos fixos	142	-377
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	59.059	50.111
3.06	Resultado Financeiro	5.770	5.452
3.06.01	Receitas Financeiras	11.088	9.669
3.06.02	Despesas Financeiras	-5.318	-4.217
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	64.829	55.563
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-17.242	-18.660
3.08.01	Corrente	-2.739	-12.274
3.08.02	Diferido	-14.503	-6.386
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	47.587	36.903
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	47.587	36.903
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	47.587	36.903
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,38890	0,30280
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,38200	0,29960

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	47.587	36.903
4.02	Outros Resultados Abrangentes	1.638	563
4.02.01	Hedge fluxo de caixa	1.638	563
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	49.225	37.466
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	49.225	37.466

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-149.327	-2.734
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	63.485	61.461
6.01.01.01	Lucro líquido do período	47.587	36.903
6.01.01.02	Depreciações e amrtizações	21.503	18.783
6.01.01.03	Amortização de ágio	12	12
6.01.01.04	Resultado venda ou baixa dos ativos fixos	32	428
6.01.01.05	Juros provisionados, líquidos dos pagos	-9	-6
6.01.01.06	Plano de opção de compra de ações	4.727	3.829
6.01.01.07	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-10.047	3.082
6.01.01.08	Tributos diferidos	14.503	6.386
6.01.01.09	Provisão para perda em ativos	-14.823	-7.956
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-212.812	-64.195
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	146.595	144.799
6.01.02.02	Estoques	-90.676	-72.971
6.01.02.03	Perdas não realizadas em derivativos	1.638	563
6.01.02.04	Outros ativos circulantes	11.993	-5.276
6.01.02.05	Depósitos judiciais	35	162
6.01.02.06	Financiamento - operações serviços financeiros	-136.830	-498
6.01.02.07	Aplicação quotas subordinadas FIDC Lojas Renner	563	0
6.01.02.08	Fornecedores	-39.924	-55.549
6.01.02.09	Salários e férias a pagar	2.127	2.370
6.01.02.10	Impostos e contribuições a recolher	-94.961	-77.658
6.01.02.11	Outras obrigações	-9.154	2.066
6.01.02.12	Aluguéis a pagar	-4.218	-2.203
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-23.921	-15.857
6.02.01	Aquisições de imobilizado	-18.292	-14.531
6.02.02	Aquisições de intangível	-5.675	-1.367
6.02.03	Recebimento por venda de ativo fixo	46	41
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-5.436	-1.933
6.03.02	Aumento de capital social	0	271
6.03.03	Pagamentos de empréstimos	-3.035	-2.204
6.03.04	Juros sobre capital próprio e dividendos pagos	-2.401	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-178.684	-20.524
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	683.661	411.370
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	504.977	390.846

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	408.734	173.570	441.614	0	-2.610	1.021.308	0	1.021.308
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	408.734	173.570	441.614	0	-2.610	1.021.308	0	1.021.308
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	4.727	0	-18.474	0	-13.747	0	-13.747
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	4.727	0	0	0	4.727	0	4.727
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-18.474	0	-18.474	0	-18.474
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	47.587	1.638	49.225	0	49.225
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	47.587	0	47.587	0	47.587
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	1.638	1.638	0	1.638
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	1.638	1.638	0	1.638
5.07	Saldos Finais	408.734	178.297	441.614	29.113	-972	1.056.786	0	1.056.786

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	402.945	156.184	308.819	0	-1.512	866.436	0	866.436
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	402.945	156.184	308.819	0	-1.512	866.436	0	866.436
5.04	Transações de Capital com os Sócios	271	3.829	0	0	0	4.100	0	4.100
5.04.01	Aumentos de Capital	271	0	0	0	0	271	0	271
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	3.829	0	0	0	3.829	0	3.829
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	36.903	563	37.466	0	37.466
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	36.903	0	36.903	0	36.903
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	563	563	0	563
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	563	563	0	563
5.07	Saldos Finais	403.216	160.013	308.819	36.903	-949	908.002	0	908.002

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
7.01	Receitas	750.328	626.266
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	768.209	649.113
7.01.02	Outras Receitas	928	737
7.01.02.01	Resultado na baixa de ativos fixos	142	-377
7.01.02.02	Outros resultados operacionais	786	1.114
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-18.809	-23.584
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-418.575	-348.316
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-299.993	-250.341
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-115.263	-92.585
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-3.319	-5.390
7.03	Valor Adicionado Bruto	331.753	277.950
7.04	Retenções	-21.515	-18.795
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-21.515	-18.795
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	310.238	259.155
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	11.183	9.669
7.06.02	Receitas Financeiras	11.183	9.669
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	321.421	268.824
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	321.421	268.824
7.08.01	Pessoal	85.045	68.183
7.08.01.01	Remuneração Direta	61.361	49.659
7.08.01.02	Benefícios	11.964	8.270
7.08.01.03	F.G.T.S.	5.580	4.624
7.08.01.04	Outros	6.140	5.630
7.08.01.04.01	Plano de opção de compra de ações	4.727	3.829
7.08.01.04.02	Remuneração dos administradores	1.413	1.801
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	150.231	132.878
7.08.02.01	Federais	66.392	63.210
7.08.02.02	Estaduais	79.186	65.841
7.08.02.03	Municipais	4.653	3.827
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	38.558	30.860
7.08.03.02	Aluguéis	33.311	26.652
7.08.03.03	Outras	5.247	4.208
7.08.03.03.01	Despesas financeiras	5.247	4.208
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	47.587	36.903
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	18.474	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	29.113	36.903

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

DESTAQUES

- A **Receita Líquida das Vendas de Mercadorias** apresentou crescimento de **17,6%** no período
- As **Vendas em Mesmas Lojas** alcançaram **11,2%**
- A **Margem Bruta da Operação de Varejo** manteve-se estável em **53,0%**
- O **Resultado de Serviços Financeiros** atingiu **R\$ 38,5 milhões**
- O **EBITDA total** foi de **R\$ 85,2 milhões**, com **Margem EBITDA** de **16,4%**
- O **Lucro Líquido** do período teve crescimento de **29,0%**

RESUMO DOS RESULTADOS (R\$ MM)	1T11	1T10	Variação %
Receita Líquida Total da Companhia	598,8	505,7	18,4%
Receita Líquida das Vendas de Mercadorias	517,7	440,2	17,6%
Lucro Bruto das Vendas de Mercadorias	274,3	233,5	17,5%
Margem Bruta da Operação de Varejo (%)	53,0%	53,0%	-
Despesas Operacionais da Operação de Varejo (Com Vendas, G&A, Rem. dos Adm e Tributárias)	(226,1)	(185,0)	22,2%
EBITDA da Operação de Varejo	46,7	46,8	-0,2%
Margem EBITDA da Operação de Varejo (%) (sobre a RL das Vendas de Mercadorias)	9,0%	10,6%	-1,6 p.p.
Resultado dos Serviços Financeiros	38,5	26,3	46,1%
EBITDA Total ¹	85,2	73,1	16,5%
Margem EBITDA Total (%) (sobre a RL das Vendas de Mercadorias)	16,4%	16,6%	-0,2 p.p.
Lucro Líquido	47,6	36,9	29,0%
Margem Líquida (%) (sobre a RL das Vendas de Mercadorias)	9,2%	8,4%	+0,8 p.p.

DADOS OPERACIONAIS	1T11	1T10	Variação %
Variação das Vendas em Mesmas Lojas ² <i>Crescimento nominal sobre o ano anterior</i>	11,2%	15,1%	-
Número Total de Lojas <i>Final de março</i>	135	121	11,6%
Área de Vendas (em mil m ²) <i>Final de março</i>	275,1	252,2	9,1%
Receita Líquida por m ² (R\$ por m ²) <i>Receita Líquida pela área média de vendas</i>	1.883	1.757	7,2%
Número de Colaboradores <i>Final de março</i>	12.719	11.208	13,5%
Ticket Médio (R\$)	128,20	115,53	11,0%
Número de Cartões no final do período (MM)	17,5	15,6	12,2%
Participação em Vendas do Cartão Renner	53,9%	55,9%	-2,0 p.p.
Participação em Vendas (5 vezes)	41,8%	43,5%	-1,7 p.p.
Participação em Vendas (8 vezes)	12,1%	12,4%	-0,3 p.p.
ROIC (%)	4,5%	4,2%	+ 0,3 p.p.

¹ EBITDA = Lucro antes das Despesas Financeiras Líquidas, Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, Depreciação, Amortização, Despesas com Plano de Opções de Compra de Ações, Resultado da Baixas de Ativos Fixos e Despesas Extraordinárias. O EBITDA não é uma medida utilizada nas práticas contábeis adotadas no Brasil, não representando o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como uma alternativa ao lucro líquido na qualidade de indicador do desempenho operacional ou como uma alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem um significado padronizado e a definição da Companhia de EBITDA pode não ser comparável ao EBITDA ajustado de outras companhias. Ainda que o EBITDA não forneça, de acordo com as práticas contábeis utilizadas no Brasil, uma medida do fluxo de caixa operacional, a Administração o utiliza para mensurar o desempenho operacional. Adicionalmente, a Companhia entende que determinados investidores e analistas financeiros utilizam o EBITDA como indicador do desempenho operacional de uma Companhia e/ou de seu fluxo de caixa.

² As lojas são incluídas nas vendas de lojas comparáveis a partir do 13º mês de operação. As variações em vendas de lojas comparáveis entre os dois períodos são baseadas nas vendas líquidas das lojas que estavam em operação durante ambos os períodos que estão sendo comparados e, se uma loja estiver incluída no cálculo de vendas de lojas comparáveis por apenas uma parte de um dos dois períodos comparados, então essa loja será incluída no cálculo da parcela correspondente do outro período. Quando metros quadrados são acrescentados ou reduzidos a uma loja que é incluída nas vendas de lojas comparáveis, a loja permanece nas vendas de lojas comparáveis. Quando a operação de uma loja é descontinuada, as vendas dessa loja são excluídas do cálculo das vendas de lojas comparáveis para os períodos comparados.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

COMENTÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO

O primeiro trimestre do ano foi positivo para a Lojas Renner e as vendas no período foram 17,6% maiores. Em lojas comparáveis a Receita Líquida apresentou evolução positiva de dois dígitos, o que mostra, quando avaliado o período combinado de dois anos, com crescimentos de 15,1% e 11,2% respectivamente no 1T10 e 1T11, que não houve desaceleração das vendas da Companhia após o Natal.

A Margem Bruta da operação de varejo manteve-se estável em 53,0%, mesmo diante das pressões dos maiores preços da pluma de algodão. No período, a Companhia trabalhou diversas alternativas para redução de custos e também na engenharia dos produtos visando mitigar os efeitos da matéria-prima mais cara. Alguns ajustes de preços também foram feitos, o que garantiu bons níveis de margens, sem afetar a performance de vendas e com total aceitação por parte dos clientes. Maiores volumes de produtos importados também foram importantes para a margem alcançada.

Os serviços financeiros igualmente apresentaram resultados positivos, tendo crescido 46,1% e chegando a um resultado de R\$ 38,5 milhões no 1T11. A inadimplência permaneceu em níveis baixos e a participação do cartão Renner ficou em 53,9%.

Em frentes complementares à operação principal, neste período foi inaugurada a primeira loja Blue Steel como um teste para a potencial criação de uma rede especializada. Posteriormente, em 4 de abril, a Companhia anunciou a assinatura de um contrato para a aquisição da Camicado Houseware, retornando ao segmento de casa e decoração. Esta operação está sujeita ainda a aprovação dos acionistas em Assembléia Geral Extraordinária prevista para o dia 4 de maio de 2011.

Ao longo do 2T11 estão previstas nove novas lojas, entre os modelos compacto e tradicional, e estamos confiantes nas oportunidades e nos bons resultados que poderemos apresentar ao longo do ano de 2011.

DADOS OPERACIONAIS

As vendas do **1T11** foram beneficiadas por uma boa aceitação das coleções, pela ausência do Carnaval no mês de fevereiro e pelo menor impacto deste feriado quando realizado no mês de março, já no final do período de verão. Temperaturas mais baixas na região Sudeste, desde a metade do trimestre, também contribuíram para a boa performance de vendas, que foi de **R\$ 517,7 milhões**, com crescimento de **17,6%** no período se comparado com o 1T10.

No conceito de **Vendas em Mesmas Lojas**, o **1T11** teve aumento de **11,2%**, o que é bastante positivo diante do crescimento de 15,1% que já havia sido reportado no 1T10. A produtividade das lojas evoluiu no período, passando de R\$ 1.757 por m² para **R\$ 1.883 por m²**. O **ticket médio do Cartão Renner** apresentou crescimento de **11,0%**. Estes indicadores comprovam a boa aceitação das lojas mais recentemente abertas e a evolução positiva de suas operações dentro do processo esperado de maturação.

A **Margem Bruta da Operação de Varejo** foi de **53,0%**, exatamente igual ao percentual alcançado no ano anterior. Todos os esforços empreendidos no período, no sentido de mitigar os efeitos dos custos mais elevados do algodão e de repasses de preços foram devidamente implementados. No **1T11**, o preço médio das mercadorias aumentou cerca de **10%** em relação a igual período de 2010, o que mostra um crescimento de vendas de **7,6%**, fruto da combinação de expansão da área de vendas e um maior fluxo nas lojas.

Quanto as **Despesas Operacionais**, houve, conforme esperado, algumas pressões por conta do grande número de lojas que estão sendo preparadas para inauguração, das equipes que estão sendo recrutadas e treinadas e das áreas de apoio que foram readequadas para suportar o período de maior crescimento. Dispendios em logística também impactaram o 1T11. Assim, as **Despesas com Vendas** chegaram a **R\$ 167,0 milhões**, representando **32,3%** da Receita Líquida das Vendas de Mercadorias (ante R\$ 137,1 milhões e 31,1% no ano anterior) e as **Despesas Gerais e Administrativas** atingiram **R\$ 51,5 milhões**, representando **9,9%** da Receita Líquida (ante R\$ 41,0 milhões e 9,3% no 1T10).

A combinação de um cenário de vendas favorável com a manutenção da margem bruta teve seu efeito positivo neutralizado por algumas despesas mais elevadas, e fizeram assim, com que a **Margem EBITDA da Operação de Varejo** ficasse abaixo dos níveis atingidos em 2010. Assim, no **1T11**, o **EBITDA da Operação de Varejo** foi de **R\$ 46,7 milhões**, com **Margem** de **9,0%** ante R\$ 46,8 milhões e Margem de 10,6% no 1T10.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RESULTADO DE SERVIÇOS FINANCEIROS

ABERTURA DO RESULTADO DE SERVIÇOS FINANCEIROS (R\$ MM)	1T11	1T10	Variação%
Receitas, Líquidas do Funding e Impostos ³	74,9	59,5	25,9%
Vendas em 0+5 Parcelas sem Encargos (Recuperação de Créditos em Atraso)	15,2	14,2	7,5%
Vendas Financiadas em 0+8 Parcelas com Encargos (Encargos + Recuperação de Créditos em Atraso)	38,0	25,5	48,8%
Empréstimos Pessoais e Outros Serviços Financeiros	21,7	19,8	9,6%
Perdas em Créditos, Líquidas das Recuperações ⁴	(18,8)	(23,6)	-20,4%
Vendas em 0+5 Parcelas sem Encargos	(3,7)	(5,1)	-28,2%
Vendas Financiadas em 0+8 Parcelas com Encargos	(9,4)	(13,8)	-31,7%
Empréstimos Pessoais	(5,7)	(4,7)	21,8%
Despesas Operacionais ⁵ (Cartão Renner e Serviços Financeiros)	(17,6)	(9,6)	84,2%
Resultado de Serviços Financeiros	38,5	26,3	46,1%
% Sobre o EBITDA total da Companhia	45,2%	36,0%	-

O **Resultado de Serviços Financeiros** apresentou crescimento de **46,1%** no **1T11** e atingiu **R\$ 38,5 milhões**, ante R\$ 26,3 milhões no 1T10. A melhora apresentada se baseia nos bons resultados alcançados ao longo do período, principalmente no produto de 0+8 parcelas com encargos, no menor custo das operações com juros e de atrasados, que representaram uma economia de R\$ 3,2 milhões em relação a 2010 devido ao FIDC, assim como nos menores níveis de inadimplência e volumes provisionados. Contínuas melhorias da performance de crédito e a maior assertividade dos modelos de propensão às ofertas de produtos em ações de CRM (Customer Relationship Management) vêm igualmente contribuindo para os resultados gerados.

As **perdas no Cartão Renner**, no **1T11**, Líquidas das Recuperações, foram de **2,5%** da Receita Líquida das Vendas de Mercadorias, **1,8 pontos percentuais** menor que os 4,3% apresentados no 1T10.

No período, o total de **Cartões Renner** emitidos totalizavam **17,5 milhões** com uma participação de **53,9%** nas vendas de mercadorias. No **1T11**, as vendas em **0+5 parcelas** representaram **41,8%** das vendas totais e a condição de **0+8 parcelas com encargos** registraram **12,1%**.

O **ticket médio do Cartão Renner** no período foi de **R\$ 128,20**, apresentando um crescimento de **11,0%** ante os R\$ 115,53 do 1T10.

Para os produtos de crédito pessoal, a **carteira total de empréstimos** atingiu **R\$ 104,2 milhões** (R\$ 76,8 milhões se ajustados a valor presente) e as perdas foram de R\$ 5,7 milhões versus R\$ 4,7 milhões no mesmo período do ano anterior. O **ticket médio dos empréstimos** foi de **R\$ 601,00** e o **prazo médio** de **8,2 meses**.

EBITDA TOTAL (VAREJO + SERVIÇOS FINANCEIROS)

Diante dos fatos acima mencionados, o **EBITDA total da Companhia** foi de **R\$ 85,2 milhões**, sendo constituído por **R\$ 46,7 milhões** advindos da **Operação de Varejo** e **R\$ 38,5 milhões** de **Serviços Financeiros**. Assim, conforme sinalizado pela Administração, a **Margem EBITDA** do **1T11** foi de **16,4%** ante 16,6%, ficando praticamente em linha com o mesmo período de 2010.

³ Receitas, Líquidas do Funding e Impostos: registra as receitas decorrentes da cobrança dos créditos atrasados, assim como as receitas geradas com a intermediação das vendas financiadas na condição de pagamento de 0+8 parcelas com encargos e de Empréstimos Pessoais, líquidas dos impostos e custo de financiamento (funding). As receitas com comissões de Títulos de Capitalização e de Seguros também são aqui reconhecidas.

⁴ Perdas em Créditos, Líquidas das Recuperações: contabiliza a provisão para perdas em créditos associadas às vendas em 0+5 parcelas sem encargos e 0+8 parcelas com encargos. Em ambos os casos as perdas registradas estão deduzidas das recuperações de perdas baixadas em períodos anteriores. Neste item, também são contabilizadas as perdas geradas na intermediação de Empréstimos Pessoais.

⁵ Despesas Operacionais: contabiliza as despesas relacionadas à operacionalização dos serviços financeiros, incluindo todos os custos incorridos com este negócio, assim como todas as despesas de cobrança associadas aos Serviços Financeiros e ao Cartão Renner, tanto nas condições de 0+5 parcelas quanto em 0+8 parcelas com encargos.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO (R\$ MM)	1T11	1T10	Variação%
Receitas Financeiras	9,3	7,9	17,7%
Despesas Financeiras	(4,6)	(3,1)	48,4%
Efeito Líq. do Ajuste a Valor Pres. dos Impostos de LP	1,1	0,3	266,7%
Variação Cambial Líquida	0,0	0,3	-100,0%
Resultado Financeiro, Líquido	5,8	5,4	7,4%

O **Resultado** Financeiro Líquido no **1T11** foi de **R\$ 5,8 milhões**. Este resultado foi formado por despesas financeiras advindas do serviço da **dívida** de **R\$ 45,7 milhões** com o Banco do Nordeste e por algumas despesas bancárias, assim como por receitas financeiras advindas dos rendimentos de aplicações do **Caixa e Equivalentes de Caixa** que, em março de 2011, somava **R\$ 505,0 milhões**. O montante era **26,1%** menor que os **R\$ 683,7 milhões** apresentados em dezembro de 2010 e esta redução deve-se basicamente à alocação de recursos do FIDC para o fundo e à liquidação de operações antigas de financiamento de 0+8 e atrasados, que foram baixadas ao longo do trimestre. Os pagamentos de fornecedores referentes as compras realizadas no 4T10 e de impostos sobre vendas também reduziram a posição de caixa no 1T11.

INVESTIMENTOS (CAPEX)

SUMÁRIO DOS INVESTIMENTOS (R\$ MM)	1T11	1T10
Novas Lojas	17,8	7,7
Remodelação de Instalações	2,9	0,6
Sistemas e Equipamentos de Tecnologia	1,1	2,1
Outros	2,2	5,4
Total	24,0	15,8

No **1T11**, os Investimentos da Lojas Renner em ativos fixos totalizaram **R\$ 24,0 milhões** ante R\$ 15,8 milhões no 1T10. Desse montante, **R\$ 17,8 milhões** foram aplicados na abertura de uma loja e na preparação de nove novas unidades que entrarão em operação no 2T11, sendo 5 lojas tradicionais e 4 lojas compactas.

Vale destacar ainda que no período houve a inauguração do primeiro piloto de uma loja especializada Blue Steel no Shopping Boulevard Metrô Tatuapé, em São Paulo.

Em março de 2011, **135 unidades** estavam em operação, totalizando metragem de vendas de **275,1 mil m²**.

As despesas com **Depreciações e Amortizações** aumentaram em **14,5%**, passando de R\$ 18,8 milhões no 1T10 para **R\$ 21,5 milhões** no 1T11.

DIVIDENDOS

Conforme deliberação do Conselho de Administração em dezembro de 2010, a partir do 1T11, a Lojas Renner passará a creditar trimestralmente aos seus Acionistas dividendos na forma de Juros Sobre Capital Próprio, o que neste período somou **R\$ 18,5 milhões** ou **R\$ 0,1510 por ação**.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

EVENTOS SUBSEQÜENTES – PROCESSO DE AQUISIÇÃO DA CAMICADO HOUSEWARE

Em 4 de abril de 2011, a Companhia anunciou a assinatura de contrato para aquisição da Camicado Houseware. A Camicado será uma nova via de crescimento para a Lojas Renner, complementando as necessidades dos clientes da Renner através da extensão do mix de produtos ofertados. A operação está ainda sujeita a aprovação dos Acionistas em Assembléia Geral Extraordinária a ser realizada em 4 de maio, em Porto Alegre/RS.

Informações sobre a aquisição, a transação e os procedimentos para atendimento dos eventos societários previstos, estão todos disponíveis nos sites: www.lojasrenner.com.br/ri e www.cvm.org.br

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Lojas Renner S.A. (a "Controladora") tem como atividade principal o comércio no varejo de artigos de vestuários, de artigos de esportes e de outros próprios de lojas de departamentos no mercado nacional. Complementam as atividades da Controladora e de suas controladas (em conjunto a "Companhia"), a importação de mercadorias, a participação no capital social de outras sociedades e a intermediação de serviços financeiros, tais como intermediação de empréstimos pessoais, financiamento de compras, seguros e títulos de capitalização, cartão bandeira, entre outras.

A Controladora é uma sociedade anônima com matriz em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, listada na Bolsa de Valores de São Paulo ("BOVESPA": LREN3).

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras incluem:

- Demonstrações financeiras interinas individuais da Controladora elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), conforme descrito na nota explicativa nº 2.1.
- Demonstrações financeiras interinas consolidadas da Companhia elaboradas e apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards – IFRS*) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), conforme descrito na nota explicativa nº 2.2.

A preparação das demonstrações financeiras interinas, tanto em IFRS quanto em BRGAAP, requer o uso, pela administração da Companhia, de estimativas e premissas que afetam os saldos ativos e passivos e outras transações. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas.

A Administração avalia como práticas contábeis críticas aquelas que são importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados e que, também, requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da administração, frequentemente como resultado da necessidade de fazer estimativas que tem impacto sobre questões que são inerentemente incertas. Esses julgamentos tornam-se mais subjetivos e complexos à medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas. Na preparação das demonstrações financeiras interinas consolidadas, a Companhia adotou variáveis e premissas derivadas de experiência histórica e vários outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Ainda que estas estimativas e premissas sejam revistas pela Companhia no curso normal da operação, a demonstração de sua condição financeira e dos resultados das operações frequentemente requer o uso de julgamento quanto aos efeitos de questões inerentemente incertas sobre o valor contábil de seus ativos e passivos. Os resultados reais podem ser distintos dos estimados sob variáveis, premissas ou condições diferentes.

As principais operações e avaliações significativamente impactadas por estimativas referem-se às provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (nota explicativa nº 3.12), provisão para perdas em crédito (nota explicativa nº 3.7), determinação da taxa de desconto aplicada nos ajustes a valor presente (nota explicativa nº 3.8), determinação do valor justo da remuneração baseada em ações

Notas Explicativas

(nota explicativa nº 3.15), provisão para perdas em estoque (nota explicativa nº 3.9), estimativa de realização do imposto de renda diferido ativo (nota explicativa nº 3.14).e determinação da vida útil do ativo imobilizado e intangível (nota explicativa nº 3.10).

2.1 Demonstrações financeiras interinas individuais da Controladora – BRGAAP

As demonstrações financeiras interinas individuais da Controladora para o trimestre findo em 31 de março de 2011 foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 21 que trata de relatórios contábeis interinos.

As demonstrações financeiras interinas individuais da Controladora foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs"), normas, orientações e interpretações expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pelas disposições contidas na Lei de Sociedades por Ações e são publicadas juntas com as demonstrações financeiras interinas consolidadas.

Nas demonstrações financeiras interinas individuais o valor dos investimentos nas controladas é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras interinas individuais quanto nas demonstrações financeiras interinas consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. As práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras interinas individuais estabelecem a adoção do método de equivalência patrimonial para avaliação dos investimentos em controladas, enquanto que o IFRS não prevê demonstrações financeiras individuais, entretanto, nas demonstrações financeiras separadas, previstas pelo IFRS, a avaliação dos investimentos em controladas deve ser mensurada ao custo ou valor justo.

2.2 Demonstrações financeiras interinas Consolidadas – CPC e IFRS

As demonstrações financeiras interinas consolidadas, para o trimestre findo em 31 de março de 2011 foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 21 e IAS 34 que tratam de relatórios contábeis interinos.

As demonstrações financeiras interinas consolidadas foram preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo CPC, normas, orientações e interpretações expedidas pela CVM e pelas disposições contidas na Lei de Sociedades por Ações e também de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras – *International Financial Reporting Standards* ("IFRS") emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB").

3 Resumo das principais políticas contábeis

As práticas contábeis a seguir apresentadas são igualmente aplicáveis para as demonstrações financeiras da controladora (BRGAAP) e do consolidado (IFRS e BRGAAP).

3.1 Apresentação segmentos operacionais

Os segmentos operacionais são apresentados de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões da Companhia. O principal tomador de decisões, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é o

Notas Explicativas

Conselho de Administração, responsável inclusive pela tomada das principais decisões estratégicas da Companhia.

3.2 Conversão de moeda estrangeira

Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Controladora e cada uma de suas subsidiárias atuam ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em reais ("R\$"), que é a moeda funcional da Controladora e de todas as suas controladas, e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando diferidos no patrimônio como operações de hedge de fluxo de caixa qualificadas.

3.3 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações de receitas entre as subsidiárias consolidadas.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir.

Venda de mercadorias - varejo

A Companhia opera com uma cadeia de pontos de varejo para a comercialização de suas mercadorias. A receita de venda de mercadorias é reconhecida no resultado quando da efetiva entrega da mercadoria ao cliente. As vendas são realizadas a vista, em dinheiro ou cartão de crédito, ou por financiamentos concedidos, descritos nas "vendas de serviços financeiros".

Vendas de serviços financeiros

A Companhia realiza operações de crediário próprio, empréstimos pessoais e financiamento de vendas por instituições financeiras, dos quais a Companhia é intermediadora. O resultado das operações é apropriado ao resultado considerando a taxa efetiva de juros, ao longo da vigência dos contratos.

3.4 Caixa e equivalentes de caixa

Compreende o saldo em caixa, os depósitos bancários à vista, as aplicações financeiras de liquidez imediata e o saldo de rendimentos de aplicações no Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios –

Notas Explicativas

FIDC Lojas Renner (quota subordinadas controladora), registrados ao valor de mercado. No consolidado, também está incluído o saldo das aplicações financeiras do Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – FIDC Lojas Renner, o qual tem uso restrito para aquisições de recebíveis originados nas operações da controladora.

3.5 Ativos financeiros

Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de hedge (nota explicativa nº 3.17). Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

(b) Recebíveis

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Companhia compreendem "Contas a receber de clientes e demais contas a receber" e "Caixa e equivalentes de caixa" (notas explicativas nº 3.4 e 3.6).

Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros (nota explicativa nº 3.6).

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros. O teste para verificação de *impairment* das contas a receber de clientes está descrito na nota explicativa nº 3.7.

Compensação de instrumentos financeiros

Quando há um direito legalmente aplicável de compensar ativos e passivos financeiros, estes são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial se houver uma intenção de liquidá-los numa base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.6 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias. Se o

Notas Explicativas

prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, pelo transcorrer do prazo, ajustados pela taxa de juros efetiva (nota explicativa nº 3.8), menos a provisão para redução ao valor de recuperação (*impairment*) (nota explicativa nº 3.7).

A Controladora realiza operações de securitização do contas a receber por intermédio do Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Lojas Renner ("FIDC Lojas Renner"), conforme nota explicativa nº 7.

3.7 Provisão para perdas ao valor de recuperação do contas a receber de clientes

A provisão para perdas é constituída com base na análise da carteira de clientes, em montante considerado suficiente pela administração, para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos. Em relação aos empréstimos pessoais, as provisões para perdas em créditos são constituídas com base na classificação de risco das operações, similar aos critérios de classificação das operações de crédito definidos pelo Banco Central do Brasil, seguindo a mesma política adotada pelas instituições financeiras.

3.8 Ajuste a valor presente

As operações de compras e vendas a prazo, pré-fixadas, foram trazidas ao seu valor presente na data das transações, em função de seus prazos, com base em taxa estimada do custo de capital da Companhia, mais risco de crédito, no caso de clientes. A taxa de juros utilizada no cálculo do ajuste a valor presente das vendas a prazo foi de 4,5% a.m. e reflete, na avaliação da administração, os riscos específicos da sua carteira de recebíveis. A taxa de juros utilizada no cálculo do ajuste a valor presente das compras a prazo foi de 1,1% a.m. Os impostos a recolher de longo prazo, sob os quais não há incidência de encargos financeiros, também foram ajustados a valor presente utilizando a taxa estimada do custo de capital da Companhia. Os tributos diferidos não são trazidos ao seu valor presente.

O ajuste a valor presente de compras é registrado nas contas de fornecedores e estoques e sua reversão tem como contrapartida a conta de custo das vendas, pela fruição de prazo no caso de fornecedores, e pela realização dos estoques em relação aos valores nele registrados. O ajuste a valor presente das vendas a prazo tem como contrapartida a conta de clientes (nota explicativa nº 6) e sua realização é registrada como receita de vendas pela fruição do prazo.

3.9 Estoques

São avaliados ao custo médio de aquisição deduzido de provisão para ajustá-los aos prováveis valores de realização, quando aplicável. Os custos dos estoques incluem a transferência do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de hedge de fluxo de caixa qualificados das compras de mercadorias importadas.

3.10 Imobilizado e intangível

São registrados ao custo de aquisição, formação ou instalação de lojas, deduzido de depreciação ou amortização acumulada. A depreciação ou amortização é calculada pelo método linear às taxas que levam em conta o tempo de vida útil econômica estimada dos bens descritas na nota explicativa nº 11. A Companhia adota como procedimento revisar o imobilizado para verificação de possíveis perdas conforme descrito na nota explicativa nº 3.11. A Companhia efetua periodicamente, revisões

Notas Explicativas

do prazo de vida útil econômica dos seus bens do ativo imobilizado.

3.11 *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

3.12 Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando há uma obrigação legal ou não formalizada presente como consequência de um evento passado e é provável que recursos sejam exigidos para liquidar essa obrigação. As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes pela administração para cobrir perdas prováveis, sendo atualizadas até as datas dos balanços, observada a natureza de cada contingência e apoiada na opinião dos advogados da Companhia.

3.13 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros calculados pela taxa efetiva e variações monetárias e cambiais e amortizações conforme previstos contratualmente, incorridos até as datas dos balanços.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

3.14 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social, corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, decorrentes de diferenças temporárias, foram constituídos considerando a expectativa de provável geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico, aprovado pela administração.

3.15 Benefícios a administradores, executivos e colaboradores

A Companhia concede a seus administradores, executivos e colaboradores, diversos benefícios usuais de mercado. Afim de melhor alinhar os interesses dos administradores, executivos e da equipe de colaboradores, a Companhia concede também os seguintes benefícios:

Remuneração com base em ações

A Companhia opera com planos de remuneração com base em ações a administradores e

Notas Explicativas

executivos selecionados, segundo os quais a entidade recebe os serviços dos mesmos como contraprestação por instrumentos de patrimônio líquido (opções) da Companhia. O valor justo das opções outorgadas de compra de ações é calculado na data da respectiva outorga com base no modelo de Black&Scholes. Este modelo utiliza premissas como o valor de mercado da ação na data da outorga, o preço de exercício da opção, a volatilidade do preço das ações da Companhia, a taxa de juros livre de risco e o prazo de vigência do contrato "vesting period". A despesa é registrada em uma base "pro rata temporis", durante o período de prestação de serviços, que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito ao exercício da opção.

Participação nos lucros e resultados

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa cujas premissas principais para o reconhecimento e o pagamento estão relacionadas ao atingimento de metas de vendas, margem bruta, resultado operacional, captação de cartões, entre outras.

3.16 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

O estatuto da Companhia e a legislação societária prevêm que no mínimo 25% do lucro líquido anual ajustado sejam distribuídos como dividendos. Portanto, a Companhia registra provisão, no encerramento de cada exercício social, no montante do dividendo mínimo obrigatório que ainda não tenha sido distribuído, caso este limite não tenha sido atingido pelas remunerações intermediárias. Os dividendos superiores a esse limite são destacados em conta específica no patrimônio líquido denominada "Dividendo Adicional Proposto". Quando deliberados pela administração, os juros sobre capital próprio são computados aos dividendos do período.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

3.17 Operações com instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos são mensurados ao seu valor justo na data em que os contratos são celebrados e subsequentemente na data de apresentação das demonstrações financeiras.

A Companhia se utiliza de derivativos com o objetivo de proteção da exposição cambial gerada por pedidos de importações. Tais operações são limitadas ao valor efetivo dos pedidos de importação ainda não pagos e constituem-se em operações de compra de opções "call" de dólar futuro. A Companhia classifica essas operações como "Hedge" de fluxo de caixa, considerando as seguintes premissas (i) os derivativos são altamente correlacionadas no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato; (ii) há identificação documental da operação, do risco objeto de hedge, do processo de gerenciamento de risco e da metodologia utilizada na avaliação da efetividade; (iii) são considerados efetivos na redução do risco associado à exposição a ser protegida.

A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido como "Ajustes de avaliação patrimonial" até a liquidação dos referidos instrumentos, realizada quando da eliminação do risco para o qual o derivativo foi contratado. Não foram identificadas operações não efetivas para "hedge de fluxo de caixa" em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010.

Quando da liquidação dos instrumentos financeiros, os ganhos e as perdas previamente diferidos no patrimônio são alocados na mensuração inicial do custo do estoque e levados ao custo das vendas à medida que estes ativos são realizados.

Notas Explicativas

3.18 Operações com arrendamento mercantil

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são debitados à demonstração do resultado pelo regime de competência durante o período do arrendamento.

A Companhia possui alguns contratos de arrendamento de software classificados como financeiro. Esses são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento, sendo amortizado conforme vida útil do bem. As obrigações assumidas nesse arrendamento são reconhecidas como passivo, acrescido de encargos financeiros considerando a taxa efetiva de juros.

3.19 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo, amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros (nota nº 3.8).

3.20 Políticas contábeis aplicáveis somente às demonstrações financeiras consolidadas – IFRS e BRGAAP

Controladas e princípios de consolidação

Controladas são todas as entidades controladas direta e indiretamente pela Companhia. Considera-se existir controle quando a Lojas Renner detém, direta e indiretamente, a maioria dos direitos de voto ou poder de determinar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade, a fim de obter benefícios de suas atividades. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia.

As operações entre as controladas da Companhia, incluindo os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, quando aplicáveis, foram eliminados. As políticas contábeis das controladas foram ajustadas para assegurar consistência com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

As operações da Dromegon Participações Ltda. ("Dromegon") limitam-se ao aluguel de imóvel de sua propriedade à Companhia (nota explicativa n.º 22).

A Renner Administradora de Cartões de Crédito Ltda. ("RACC") realiza operações de intermediação de concessão de empréstimos pessoais e intermediação de venda de títulos de capitalização (nota explicativa n.º 22).

Em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010, as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia incluem as seguintes empresas controladas:

	% de participação no capital total
Dromegon	99,99%
RACC	99,99%

Notas Explicativas

Conforme estabelecido pela instrução CVM nº 408/04, a Companhia consolida as demonstrações financeiras do FIDC Lojas Renner, uma vez que este representa uma entidade de propósito específico, onde as atividades são conduzidas substancialmente em função das necessidades operacionais da Companhia, a qual está exposta à maioria dos riscos e benefícios relacionados ao fundo, através da titularidade de todas as quotas subordinadas.

No processo de consolidação do FIDC Lojas Renner foram feitas eliminações de ativos e passivos, ganhos e perdas das operações entre a Companhia e o Fundo.

3.21 Políticas contábeis aplicáveis somente às demonstrações financeiras individuais da Controladora – BRGAAP

Investimentos

As participações em sociedades controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. As operações entre as controladas e a Controladora, incluindo os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, quando aplicáveis, foram eliminados. As práticas contábeis adotadas pelas sociedades controladas são uniformes às adotadas pela Companhia.

3.22 Formato de apresentação das demonstrações de resultado

Nas demonstrações do resultado, a Companhia apresenta o lucro operacional antes da equivalência patrimonial, depreciações e amortizações, despesas com plano de opções em ações, resultado financeiro e resultado com baixa de ativos fixos. Esse formato de apresentação representa o conceito de LAJIDA (EBITDA) e tem como objetivo principal atender as necessidades dos acionistas e usuários dessas demonstrações financeiras.

As despesas incluídas no LAJIDA estão apresentadas de acordo com sua função. A apresentação dessas despesas de acordo com sua natureza encontra-se na nota explicativa n.º 32.

4 Normas, alterações e interpretações de normas

(a) Interpretações e alterações de normas existentes que ainda não estão em vigor

Foram emitidas interpretações e alterações das normas existentes e serão obrigatórias para os períodos contábeis da Companhia iniciados em 1º de janeiro de 2012, ou após essa data, ou para períodos subsequentes. Na avaliação da administração não são relevantes para as operações atuais da Companhia, exceto pela norma listada a seguir, cujo impacto está sendo avaliado:

Tópico	Exigências-chave	Data da entrada em vigor
IFRS 9 "Instrumentos Financeiros"	O IFRS 9 é o primeiro padrão emitido como parte de um projeto maior para substituir o IAS 39. O IFRS 9 retém, mas simplifica, o modelo de mensuração e estabelece duas categorias de mensuração principais para os ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros. A orientação incluída no IAS 39 sobre <i>impairment</i> dos ativos financeiros e contabilização de	1º de janeiro de 2013

Notas Explicativas

hedge continua a ser aplicada.

Períodos anteriores não precisam ser reapresentados se uma entidade adotar a norma para os períodos iniciados ou a iniciar antes de 1º de janeiro de 2012.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora - BRGAAP		Consolidado – IFRS e BRGAAP	
	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
Caixa e bancos	20.718	36.524	21.844	37.283
CDB (a)	54.913	179.165	54.913	179.165
Operações compromissadas lastreadas em debêntures (b)	162.999	232.095	162.999	232.095
Aplicações financeiras LFTN – FIDC (c)	-	-	230.703	28.094
Aplicações financeiras LFTN – FIDC (d)	-	-	34.518	207.024
Aplicações FIDC curto prazo (e)	121.465	9.754	-	-
Total	360.095	457.538	504.977	683.661

As aplicações de liquidez imediata da Companhia, em sua totalidade de renda fixa, possuem rendimentos atrelados à variação do CDI, com baixo risco de mudança de valor e podem ser resgatadas de acordo com as necessidades de recursos da Companhia. Essas aplicações financeiras referem-se a: (a) Certificados de Depósitos Bancários (CDB), cujo rendimento médio atrelado ao CDI foi de 101,2% (100,7% em 31/12/2010); (b) operações compromissadas, que se caracterizam pela venda de um título com o compromisso por parte do vendedor (banco) de recomprá-lo, e do comprador de revendê-lo no futuro, cujo rendimento médio atrelado ao CDI foi de 101,0% (101,0% em 31/12/2010); (c) aplicações financeiras do FIDC Lojas Renner, lastreadas em Letras Financeiras do Tesouro Nacional as quais estão disponíveis a qualquer momento para aquisições de recebíveis originados nas operações da controladora, e apresenta um rendimento equivalente à precificação e rentabilidade feita a partir da curva do papel, com base na Selic diária; (d) aplicações financeiras do FIDC Lojas Renner, lastreadas em Letras Financeiras do Tesouro Nacional, as quais estão disponíveis a qualquer momento para aquisições de recebíveis originados nas operações da controladora, e apresentam um rendimento equivalente 100% do CDI (96% em 31/12/2010); e (e) saldo das aplicações da Controladora no FIDC Lojas Renner resgatáveis a qualquer momento, conforme regulamento do fundo (Nota explicativa nº 7).

Notas Explicativas

6 Contas a receber de clientes

	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Contas a receber de clientes (valores nominais)		
A vencer		
A vencer de 1 a 30 dias	159.254	137.453
A vencer de 31 a 60 dias	138.628	157.989
A vencer de 61 a 90 dias	97.093	125.624
A vencer de 91 a 120 dias	58.453	93.882
A vencer de 121 a 150 dias	41.558	72.671
A vencer de 151 a 180 dias	19.460	41.039
A vencer acima de 180 dias	13.263	40.186
Vencidos		
Vencidos de 1 a 30 dias	61.001	33.432
Vencidos de 31 a 60 dias	18.424	8.569
Vencidos de 61 a 90 dias	11.544	8.899
Vencidos de 91 a 180 dias	23.027	26.542
	<u>641.705</u>	<u>746.286</u>
Administradoras de cartões de crédito		
A vencer de 1 a 30 dias	45.697	76.459
A vencer de 31 a 60 dias	23.360	43.633
A vencer acima de 60 dias	13.097	22.512
	<u>82.154</u>	<u>142.604</u>
Outras contas a receber	669	611
Comissões e operações a receber – Empréstimo pessoal	28.025	25.465
Menos:		
Ajuste a valor presente	(37.285)	(55.647)
Provisão para perdas em crédito – Varejo	(37.763)	(42.200)
Provisão para perdas em crédito – Empréstimo Pessoal	(15.953)	(14.885)
Contas a receber – FIDC Lojas Renner	(359.078)	(277.090)
Rendas a apropriar - títulos cedidos – FIDC Lojas Renner	(29.082)	(19.660)
Total Controladora – BRGAAP	<u>273.392</u>	<u>505.484</u>
Comissões e operações a receber – Empréstimo pessoal	82.621	79.383
Outras contas a receber	5.130	1.536
Contas a receber – FIDC Lojas Renner	359.078	277.090
Total Consolidado – IFRS e BRGAAP	<u>720.221</u>	<u>863.493</u>

As contas a receber vencidas há mais de 180 dias são baixadas do saldo de contas a receber de clientes em contrapartida da provisão para perdas em crédito.

O contas a receber de clientes é ajustado ao seu valor presente pela taxa de juros efetiva na data da transação (nota explicativa nº 3.8), e reduzidas por provisão para redução ao valor de recuperação (nota explicativa nº 3.7).

A totalidade da carteira de créditos transferidos para FIDC Lojas Renner é mantida nos controles da Controladora e apresentados na avaliação da qualidade dos créditos apresentados na tabela acima, considerando a manutenção da gestão desses títulos por parte da Controladora (nota explicativa nº 7). No contexto do consolidado, os títulos mantidos na carteira do FIDC Lojas Renner são

Notas Explicativas

integralmente consolidados pela Companhia.

7 Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios - FIDC Lojas Renner

Em dezembro de 2010, foram iniciadas as operações do FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS LOJAS RENNER ("FIDC Lojas Renner"), cujo objeto definido em regulamento é o Investimento em direitos creditórios constituído sob a forma de condomínio fechado, regido pela Resolução CMN nº 2.907/2001, pela Instrução CVM nº 356/01, pelo Regulamento e pelas demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis, com a finalidade específica de adquirir direitos creditórios originados do parcelamento de compras dos clientes da Companhia, por intermédio de crediário sem encargos, de titularidade da Companhia, ou de concessão de financiamentos com encargos, de titularidade do Itaú Unibanco. O FIDC Lojas Renner tem vida operacional definida, e o encerramento ocorrerá em 5 de dezembro de 2013.

A estrutura de patrimônio do FIDC Lojas Renner, em 31 de março de 2011, é subdividida em: 3,5 mil quotas "senior" de titularidade de terceiros, no montante de R\$ 352.724, representativas de 56,51% do patrimônio do FIDC Lojas Renner nessa data; e 1,5 mil quotas subordinadas de titularidade da Controladora, no montante de R\$ 271.466, representativas de 43,49% do patrimônio do FIDC Lojas Renner nessa data. O regulamento do FIDC Lojas Renner define que as quotas subordinadas devem representar no mínimo 30% do patrimônio líquido do fundo e não terão meta de remuneração definida.

A Controladora atua como agente de cobrança e agente de recebimento dos títulos, mantendo o gerenciamento contínuo da carteira após sua transferência para o FIDC Lojas Renner.

As operações de securitização de direitos creditórios realizadas pela Controladora para o FIDC (representados por vendas parceladas e financiamento de clientes inadimplentes) totalizam R\$ 359.078 em 31 de março de 2011, líquidos de provisão para perdas.

O saldo dos custos incorridos pela Controladora para a emissão do FIDC Lojas Renner totaliza R\$ 8.776 em 31 de março de 2011 (R\$ 9.339 em 31 de dezembro de 2010), e será reconhecido no resultado (custo de serviços financeiros) ao longo do tempo de vigência do fundo, conforme a taxa interna de retorno (TIR) da captação do recurso. Nas demonstrações financeiras individuais, esse custo encontra-se apresentado no balanço patrimonial como despesas antecipadas e no consolidado apresentado como redutor dos financiamentos.

Os ativos líquidos do fundo estão assim compostos:

	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Ativo		
Caixa e equivalentes de caixa	265.231	235.130
Contas a receber	359.078	277.090
Total do Ativo	<u>624.309</u>	<u>512.220</u>
Passivo		
Contas a pagar	119	103
Patrimônio Líquido	624.190	512.117
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	<u>624.309</u>	<u>512.220</u>

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2011, a remuneração das quotas seniores está assim composta:

Quotistas	Quantidade em milhares	Taxa CDI	Saldo a resgatar
Seniores A	1,5	110,82%	151.167
Seniores B	0,8	110,82%	80.623
Seniores C	0,8	110,82%	80.623
Seniores D	0,4	110,82%	40.311
Total	3,5		352.724

A remuneração é calculada com base na taxa CDI adicionada a 1,2%, conforme disposto no Regulamento do Fundo.

8 Estoques

	Controladora - BRGAAP		Consolidado - IFRS e BRGAAP	
	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
Mercadorias para revenda	349.355	265.215	349.355	265.215
Provisão para perdas	(3.223)	(14.723)	(3.223)	(14.723)
Mercadorias para revenda, líquido	346.132	250.492	346.132	250.492
Importações em andamento	30.114	23.342	30.114	23.342
Adiantamento a fornecedores	-	524	-	524
Materiais auxiliares e almoxarifado	1.880	1.592	1.880	1.592
Total	378.126	275.950	378.126	275.950

9 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos no ativo são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

A realização do valor contábil do ativo fiscal diferido é revisada anualmente pela Companhia e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação à previsão preliminar da Administração.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	Controladora (BRGAAP) e Consolidado (IFRS e BRGAAP)	
	31/03/2011	31/12/2010
Base para impostos diferidos:		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	53.716	57.085
Ajuste a valor presente – líquido	36.605	54.301
Provisão para perdas em ativos	4.459	15.947
Provisão para riscos tributários	48.007	44.915
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	18.784	31.753
Ajuste avaliação patrimonial - hedge	1.473	3.954
Outros	16.233	13.978
Total	179.277	221.933
Imposto de renda (25%) e contribuição social (9%)	60.954	75.457

Baseada no histórico de realizações dos ativos e passivos que deram origem ao saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos, estimamos o seguinte cronograma de realização:

2011	35.178
2012	6.444
2013	6.444
2014	6.444
2015	6.444
Total	60.954

Notas Explicativas

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada no resultado é demonstrada como segue:

	Controladora – BRGAAP		Consolidado – IFRS e BRGAAP	
	1T11	1T10	1T11	1T10
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social e após participações estatutárias	63.593	54.802	64.829	55.563
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Despesa de tributos à alíquota nominal	(21.622)	(18.633)	(22.042)	(18.891)
Adições:				
Despesa com remunerações baseadas em ações	(1.608)	(1.302)	(1.608)	(1.302)
Outras despesas não dedutíveis	(551)	(65)	(551)	(65)
Exclusões:				
Resultado de participações societárias	960	1.888	-	-
Outras exclusões	486	-	486	-
Juros sobre capital próprio	6.281	-	6.281	-
Diferenças de alíquotas de controladas (lucro presumido)	-	-	145	1.386
Incentivos fiscais (PAT)	41	207	41	207
Imposto calculado sobre a parcela isenta do adicional de 10%	6	6	6	6
Imposto de renda e contribuição social no resultado do período	(16.006)	(17.899)	(17.242)	(18.660)
Corrente	(1.503)	(11.513)	(2.739)	(12.274)
Diferido	(14.503)	(6.386)	(14.503)	(6.386)

10 Investimentos

Os investimentos na Controladora – BRGAAP estão assim compostos:

Controladora – BRGAAP					
31/03/2011					
Quantidade de quotas (milhares)	Participação %	Patrimônio Líquido	Total do investimento	Lucro Líquido 1T11	Resultado de equivalência 1T11
RACC	7	99,99%	13.836	13.834	2.247
Dromegon	7.205	99,99%	10.082	10.082	577
Ágio alocado			1.577	-	-
Outros Investimentos			63	-	-
			25.556	2.824	2.824

Controladora – BRGAAP					
31/12/2010			31/03/2010		
Quantidade de quotas (milhares)	Participação %	Patrimônio Líquido	Total do Investimento	Lucro Líquido 1T10	Resultado de equivalência 1T10
RACC	7	99,99%	11.588	11.587	5.027
Dromegon	7.205	99,99%	9.505	9.504	526
Ágio alocado			1.589		
Outros Investimentos			63		
			22.743	5.553	5.553

Notas Explicativas

As movimentações na conta de investimentos da Controladora – BRGAAP foram as seguintes:

	Controladora – BRGAAP	
	31/03/2011	31/12/2010
Saldo inicial	22.743	12.926
Resultado de participação societária	2.824	21.170
Distribuição dividendos de subsidiárias	-	(11.303)
Amortização de ágio alocado aos ativos das adquiridas	(11)	(50)
Saldo final	25.556	22.743

O ágio sobre investimentos em 31 de março de 2011, no montante de R\$ 1.577 (R\$ 1.589 em 31 de dezembro de 2010), classificado como investimentos na controladora – BRGAAP e como imobilizado no consolidado – IFRS e BRGAAP, refere-se à diferença entre o valor justo à época de aquisição da participação da Dromegon e o valor contábil de bem registrado no imobilizado desta controlada. Referido ágio está sendo amortizado na proporção em que o ativo de origem é realizado.

11 Imobilizado e intangível

Síntese da movimentação do ativo imobilizado da controladora (BRGAAP) e do consolidado (IFRS e BRGAAP):

a) Imobilizado

Controladora – BRGAAP

	Terrenos	Prédios	Móveis, equip., Instalações, benfeitorias	Veículos	Computadores e Periféricos	Imobilizado em andamento	Total
Custo							
Saldo em 31/12/10	287	4.651	625.528	1.085	64.339	16.057	711.947
Adições	-	173	13.363	-	1.364	3.392	18.292
Transferências	-	(53)	11.465	-	432	(11.842)	2
Baixas	-	-	(139)	(85)	(22)	-	(246)
Saldo em 31/03/11	287	4.771	650.217	1.000	66.113	7.607	729.995
Depreciação							
Saldo em 31/12/10	-	(2.395)	(262.235)	(568)	(39.751)	-	(304.949)
Adições	-	(20)	(14.264)	(47)	(2.257)	-	(16.588)
Transferências	-	29	(31)	-	-	-	(2)
Baixas	-	-	78	68	22	-	168
Saldo em 31/03/11	-	(2.386)	(276.452)	(547)	(41.986)	-	(321.371)
Saldo líquido							
Saldo em 31/12/10	287	2.256	363.293	517	24.588	16.057	406.998
Saldo em 31/03/11	287	2.385	373.765	453	24.127	7.607	408.624

Notas Explicativas

Consolidado – IFRS e BRGAAP

	Terrenos	Prédios	Móveis, equip., Instalações, benfeitorias	Veículos	Computadores e Periféricos	Imobilizado em andamento	Total
Custo							
Saldo em 31/12/10	287	14.882	625.528	1.085	64.339	16.057	722.178
Adições	-	173	13.363	-	1.364	3.392	18.292
Transferências	-	(53)	11.465	-	432	(11.842)	2
Baixas	-	-	(139)	(85)	(22)	-	(246)
Saldo em 31/03/11	287	15.002	650.217	1.000	66.113	7.607	740.226
Depreciação							
Saldo em 31/12/10	-	(7.021)	(262.235)	(568)	(39.751)	-	(309.575)
Adições	-	(64)	(14.264)	(47)	(2.257)	-	(16.632)
Transferências	-	29	(31)	-	-	-	(2)
Baixas	-	-	78	68	22	-	168
Saldo em 31/03/11	-	(7.056)	(276.452)	(547)	(41.986)	-	(326.041)
Saldo líquido							
Saldo em 31/12/10	287	7.861	363.293	517	24.588	16.057	412.603
Saldo em 31/03/11	287	7.946	373.765	453	24.127	7.607	414.185

A tabela abaixo apresenta as taxas médias de depreciação do imobilizado:

	Taxa média depreciação (a.a. %)
Terrenos	-
Prédios	3
Móveis, instalações e benfeitorias	10
Veículos	20
Computadores e periféricos	20

b) Intangível

Controladora – BRGAAP e Consolidado – IFRS e BRGAAP

	Sistemas de Informática	Direito de utilização de imóveis	Marcas e Patentes	Total
Custo				
Saldo em 31/12/10	119.148	37.199	124	156.471
Adições	4.065	1.610	-	5.675
Saldo em 31/03/11	123.213	38.809	124	162.146
Amortização				
Saldo em 31/12/10	(61.914)	(27.546)	(34)	(89.494)
Adições	(4.486)	(391)	(5)	(4.882)
Saldo em 31/03/11	(66.400)	(27.937)	(39)	(94.376)
Saldo líquido				
Saldo em 31/12/10	57.234	9.653	90	66.977
Saldo em 31/03/11	56.813	10.872	85	67.770

Notas Explicativas

A tabela abaixo apresenta as taxas médias de amortização do intangível:

	Taxa média amortização (a.a. %)
Sistemas de informática	20
Direito de utilização de imóveis	10
Marcas e patentes	10

12 Empréstimos e financiamentos

Passivo circulante

	Controladora - BRGAAP		Consolidado - IFRS e BRGAAP	
	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
Empréstimos e financiamentos				
Moeda nacional:				
Financiamento Banco do Nordeste (a)	12.138	12.138	12.138	12.138
Encargos Financiamento Banco do Nordeste	133	142	133	142
Total	12.271	12.280	12.271	12.280

Passivo não circulante

	Controladora - BRGAAP		Consolidado - IFRS e BRGAAP	
	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
Empréstimos e financiamentos				
Moeda nacional:				
Financiamento Banco do Nordeste (a)	33.380	36.415	33.380	36.415
Total	33.380	36.415	33.380	36.415

(a) A Companhia firmou contrato de financiamento com o Banco do Nordeste através do FNE (Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste) em 20 de dezembro de 2007 para financiar a expansão de seu parque de lojas naquela região, no montante de R\$ 64.816 a serem liberados em 4 parcelas, garantidos por carta fiança. Até 31 de março de 2011, foram liberadas as três primeiras parcelas no valor total de R\$ 57.647, de cujo montante já foram efetuados pagamentos de principal a partir de 2010. Os encargos estão atualmente em 10% a.a. podendo ser alterados por decreto federal. Em caso de adimplência no pagamento dos encargos, a Companhia receberá bônus de 15% sobre o valor dos encargos em cada parcela. Os encargos são pagos trimestralmente durante a carência de 24 meses (dezembro de 2007 a dezembro de 2009). De janeiro de 2010 a dezembro de 2014 está ocorrendo a amortização mensal do principal, acrescido dos encargos. Abaixo, cronograma de pagamentos do principal e encargos do referido financiamento a partir de 31 de março de 2011:

Ano de vencimento	Principal	Juros
2011	8.534	3.032
2012	12.328	3.002
2013	12.328	1.815
2014	12.328	637
Total	45.518	8.486

Notas Explicativas

13 Financiamentos – operações serviços financeiros

Passivo circulante

	Controladora - BRGAAP		Consolidado – IFRS e BRGAAP	
	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
Financiamentos				
Moeda nacional:				
Financiamentos – Vendas Financiadas (a)	14.416	98.715	14.489	98.735
Financiamentos – Empréstimo pessoal (b)	-	-	79.304	76.644
Financiamento Clientes inadimplentes conta garantida (c)	31	69.624	881	69.709
Financiamento Clientes inadimplentes Vendor (d)	32.918	19.695	32.918	19.695
Quotas Seniors – FIDC Lojas Renner (e)	-	-	2.724	2.363
Total	47.365	188.034	130.316	267.146

(a) As operações de vendas financiadas referem-se aos montantes financiados aos clientes da Companhia por Instituições Financeiras em compras realizadas na condição de pagamento entre sete e oito prestações mensais, com encargos de 6,90% a.m. (6,90% a.m. em 31/12/2010), sobre as quais a Companhia possui coobrigação de pagamento.

(b) Os valores de "Financiamentos – Empréstimo pessoal" correspondem aos montantes dos contratos de empréstimo pessoal, concedidos aos clientes por banco conveniado e intermediados pela subsidiária RACC, dos quais a Companhia é garantidora.

(c) Os valores de "Financiamento Clientes inadimplentes conta garantida" estão sujeitos a encargos líquidos médios de 14,40% a.a. (12,60% a.a. em 31/12/2010), com prazo final de até 180 dias e são utilizados para o financiamento da carteira em atraso. A RAAC, subsidiária da Lojas Renner, emite Nota Promissória em nome dos titulares do Cartão de Crédito Renner, na qual a Lojas Renner assume na condição de avalista e responsável pela liquidação dos débitos.

(d) A partir de dezembro de 2010, a Companhia passou a disponibilizar aos clientes, através do Convênio para Concessão de Financiamentos – Vendor Eletrônico com o Itaú Unibanco, linha de crédito destinada ao financiamento dos clientes inadimplentes, com encargos de 14,7% a.m. (14,7% em 31/12/2010). A Companhia presta garantia ao Itaú Unibanco de referidas operações, assumindo como fiadora e principal pagadora das obrigações assumidas pelos clientes.

(e) Representa a atualização da subscrição das quotas sênior do FIDC Lojas Renner, cujo resgate se dá em até 90 dias.

As operações de financiamentos de recebíveis do passivo circulante possuem prazos de vencimento de curto prazo, em linha com os prazos de realização dos valores registrados no contas a receber.

Passivo não circulante

	Controladora – BRGAAP		Consolidado – IFRS e BRGAAP	
	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
Financiamentos				
Moeda nacional:				
Quotas Sênior – FIDC Lojas Renner (a)	-	-	350.000	350.000
Saldo a amortizar custos de estruturação FIDC Lojas Renner (b)	-	-	(8.776)	(9.339)
Total	-	-	341.224	340.661

(a) Representa o saldo das quotas sênior emitidas pelo FIDC Lojas Renner (nota explicativa nº 7), objeto de distribuição pública nos termos da instrução CVM nº 400/03, com prioridade de amortização e resgate em relação às quotas subordinadas. Este montante será liquidado por ocasião do encerramento do FIDC Lojas Renner em dezembro de 2013.

Notas Explicativas

(b) Refere-se ao saldo dos custos incorridos na estruturação do FIDC Lojas Renner, que serão reconhecidos no resultado (custo de serviços financeiros) ao longo do tempo de vigência do fundo, conforme taxa interna de retorno (TIR) da captação do recurso.

Abaixo, cronograma de pagamentos do principal e encargos dos recursos captados de quotistas senior do FIDC Lojas Renner:

Ano de vencimento	Principal	Juros
2011	-	33.540
2012	-	43.675
2013	350.000	40.472
Total	350.000	117.687

14 Fornecedores

Os fornecedores estão assim compostos:

	Controladora – BRGAAP		Consolidado – IFRS e BRGAAP	
	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
Fornecedores				
Fornecedores comerciais	219.410	242.861	219.410	242.861
Fornecedores uso e consumo	57.522	74.217	58.951	75.424
Total	276.932	317.078	278.361	318.285

Em 31 de março de 2011, o montante de pagamentos antecipados a fornecedores cujo vencimento original era posterior a 31 de março de 2011 totalizava R\$ 115.922 (R\$ 169.320 em 31 de dezembro de 2010). Os descontos obtidos com estas antecipações são registrados como redução do custo das vendas, uma vez que estão diretamente relacionados com o contrato de fornecimento de mercadorias.

15 Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e contingências passivas e ativas

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e aspectos cíveis. Foram efetuados depósitos judiciais para dar continuidade à discussão sobre processos de natureza tributária, os quais totalizam, em 31 de março de 2011, R\$ 30.020 na controladora – BRGAAP e R\$ 30.032 no consolidado - IFRS e BRGAAP (R\$ 29.777 e R\$ 29.784 em 31 de dezembro de 2010, respectivamente). Os saldos de depósitos ajuizados cujos processos possuem provisão para riscos tributários, no montante de R\$ 20.930 em 31 de março de 2011 (R\$ 20.647 em 31 de dezembro de 2010), estão sendo apresentados deduzindo o valor do passivo correspondente. Os demais saldos de depósitos judiciais, no montante de R\$ 9.468 na controladora – BRGAAP e R\$ 9.480 no consolidado - IFRS e BRGAAP (R\$ 9.508 e R\$ 9.515 em 31 de dezembro de 2010, respectivamente), estão apresentados no ativo não circulante, sendo R\$ 9.090 na controladora – BRGAAP e R\$ 9.102 no consolidado – IFRS e BRGAAP (R\$ 9.130 e R\$ 9.137 em 31 de dezembro de 2010, respectivamente) de natureza tributária e R\$ 378 (R\$ 378 em 31 de dezembro de 2010) de natureza cível.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, na análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, nas experiências anteriores referentes aos valores

Notas Explicativas

reivindicados e efetivamente liquidados, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas esperadas com as ações em curso, como segue:

	<u>Saldos em</u> <u>31/12/2010</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Reversões</u>	<u>Encargos</u>	<u>Saldos em</u> <u>31/03/2011</u>
Cíveis	11.943	464	-	-	-	12.407
Trabalhistas	5.638	739	-	-	-	6.377
Total passivo circulante – Controladora (BRGAAP) e Consolidado (IFRS e BRGAAP)	17.581	1.203	-	-	-	18.784

	<u>Saldos em</u> <u>31/12/2010</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Reversões</u>	<u>Encargos</u>	<u>Saldos em</u> <u>31/03/2011</u>
Controladora - BRGAAP						
ICMS (a)	33.556	37	(1)	(652)	1.742	34.682
Imposto de renda e contribuição social (b)	3.616	-	-	-	109	3.725
Outros impostos e contribuições (c)	12.574	1.273	-	(7)	701	14.541
Cíveis (d)	14.173	397	(14.570)	-	-	-
(-) Depósitos judiciais relacionados	(20.647)	(283)	-	-	-	(20.930)
Total passivo não circulante	43.272	1.424	(14.571)	(659)	2.552	32.018

	<u>Saldos em</u> <u>31/12/2010</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Reversões</u>	<u>Encargos</u>	<u>Saldos em</u> <u>31/03/2011</u>
Consolidado – IFRS e BRGAAP						
ICMS (a)	33.556	37	(1)	(652)	1.742	34.682
Imposto de renda e contribuição social (b)	3.616	-	-	-	109	3.725
Outros impostos e contribuições (c)	12.716	1.277	-	(7)	701	14.687
Cíveis (d)	14.173	397	(14.570)	-	-	-
(-) Depósitos judiciais relacionados	(20.647)	(283)	-	-	-	(20.930)
Total passivo não circulante	43.414	1.428	(14.571)	(659)	2.552	32.164

a) Referem-se, principalmente, ao questionamento da aplicação da Lei Complementar 102/2000 no que tange o crédito do ICMS no consumo de energia, telecomunicações e aquisições de ativo imobilizado. Também estão incluídos neste montante questionamento realizado por autoridade fiscal, por meio de auto de lançamento, de crédito de ICMS nas devoluções de mercadorias dos clientes, do adicional de ICMS para a formação de fundo de combate à pobreza, do crédito de ICMS de compras de fornecedores com inscrição estadual baixada, como também de crédito de ICMS de aquisições de imobilizado utilizados para reformas e outros itens classificados pelo fisco como não essenciais à atividade;

b) Referem-se a discussões relacionadas à glosa de ajustes no lucro tributável, decorrentes de correção monetária de balanço, compensações de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, diferenças apontadas pela autoridade fiscal por ter atribuído a Lojas Renner, tributada pelo lucro real, resultados gerados na controlada RAAC tributada pelo lucro presumido, entre outros;

c) São diversos processos, abrangendo matérias como contribuições previdenciárias, fundo de garantia, aplicação de multa de ofício em pagamento espontâneo de débitos, obrigações acessórias, majoração nos encargos de seguro de acidente de trabalho, entre outros, cujas perdas estão estimadas por nossos consultores jurídicos, de acordo com os mesmos critérios utilizados para os demais itens, destacados nesta nota;

d) Estão reconhecidas nesta linha, provisões para processos de natureza cível, cuja probabilidade de desfecho é considerada de perda provável por nossos assessores jurídicos. Em 3 de março de 2011, foram pagos R\$ 14.712, quitando o processo para cujo risco a Companhia mantinha provisão de perda.

Em 31 de março de 2011, o montante estimado para processos judiciais e procedimentos administrativos representativos de contingências passivas relacionadas a questões tributárias cuja probabilidade de perda foi avaliada como possível, era de R\$ 119.785 na controladora – BRGAAP e R\$ 119.793 no consolidado - IFRS e BRGAAP (R\$ 111.201 e R\$ 111.208 em 31 de dezembro de 2010, respectivamente). Do saldo da provisão para riscos tributários consignado nas demonstrações financeiras de 31 de março de 2011, R\$ 26.692 na controladora – BRGAAP e R\$ 26.693 no consolidado -

Notas Explicativas

IFRS e BRGAAP (R\$ 24.000 e R\$ 24.001 em 31 de dezembro de 2010, respectivamente) referem-se à estimativa de perda para estes processos. Para os processos classificados como perda possível, a Companhia provisiona valores estimados de custas processuais sobre a contingência. Embora a Administração entenda que a probabilidade de desembolso com estes processos individualmente seja pequena, pode ser provável que no conjunto dos processos desta mesma natureza ocorra a necessidade de desembolso nos montantes registrados.

A Companhia discute judicialmente em processo movido pelo Banco Renner, a associação da marca "Renner" na exploração de serviços financeiros, exceto aqueles relacionados ao Cartão de Crédito "Renner", serviços de suporte a ele relacionados e seguro. O processo encontra-se em sede de recurso e é avaliado como de perda possível por nossos assessores jurídicos, sem contingência financeira determinada nos autos.

16 Outras obrigações

As outras obrigações do passivo circulante e não circulante estão assim compostas:

	Controladora - BRGAAP		Consolidado – IFRS e BRGAAP	
	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
Adiantamentos de Instituições Financeiras (a)	1.124	2.248	6.004	5.592
Obrigações com clientes (b)	10.771	12.914	10.797	12.916
Obrigações relacionadas às operações com seguros e títulos de capitalização (c)	4.796	6.980	5.074	7.345
Outras obrigações	6.097	12.410	6.097	12.410
Total de outras obrigações – passivo circulante	22.788	34.552	27.972	38.263

	Controladora - BRGAAP		Consolidado – IFRS e BRGAAP	
	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
Adiantamentos de Instituições Financeiras (a)	-	-	4.421	4.749
Obrigações relacionadas às operações com seguros (c)	4.394	2.929	4.394	2.929
Outras obrigações	-	-	-	-
Total de outras obrigações – passivo não circulante	4.394	2.929	8.815	7.678

(a) referem-se basicamente às antecipações de receitas com a intermediação de serviços financeiros, relacionados às operações de vendas financiadas e cartão bandeira; (b) referem-se aos saldos a favor dos clientes, cujos créditos poderão ser utilizados como pagamento em compras na Companhia e (c) adiantamentos relacionados às operações de seguros referente contrato de exclusividade, prêmios de seguro pagos pelos clientes para repasse para a empresa seguradora e aos títulos de capitalização.

17 Impostos e contribuições a recolher de longo prazo

	Controladora - BRGAAP		Consolidado – IFRS e BRGAAP	
	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
PAES	1.578	1.881	1.578	1.881
ICMS a recolher – Pró-Emprego	35.668	32.398	35.668	32.398
AVP - ICMS a recolher - Pró-Emprego	(6.043)	(5.315)	(6.043)	(5.315)
Total	31.203	28.964	31.203	28.964

Em 30 de maio de 2003, foi editada a Lei 10.684 que trata, entre outros pontos, do Parcelamento Especial – PAES, destinado a promover o parcelamento de débitos junto à Secretaria da Receita Federal, à Procuradoria da Fazenda Nacional e ao Instituto Nacional do Seguro Social, constituídos ou não, inscritos ou não como Dívida Ativa, mesmo em fase de execução fiscal já ajuizada, ou que

Notas Explicativas

tenham sido objeto de parcelamento anterior, não integralmente quitado, ainda que cancelado por falta de pagamento. A Companhia optou por incluir no referido parcelamento, em 31 de julho de 2003, alguns débitos cujas matérias eram objeto de discussão judicial. O montante está sendo pago em parcelas mensais atualizadas com base na TJLP, cujo vencimento final é no ano de 2013.

A Companhia obteve enquadramento no Programa Pró-Emprego, do Estado de Santa Catarina, em contrapartida a investimentos realizados no seu centro de distribuição localizado no município de Palhoça. Os valores de ICMS a recolher apurados naquele estabelecimento serão pagos num prazo de 24 meses a contar da data de ocorrência do fato gerador, nas apurações mensais efetuadas a partir de junho de 2007, conforme deferido em ato da Secretaria de Estado da Fazenda do Estado de Santa Catarina. Para a manutenção do enquadramento no Programa Pró-Emprego, a Companhia contribui, sobre os benefícios assegurados no referido programa, com 2,5% e 2% respectivamente, para o Fundo Pró-Emprego e para o Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior.

18 Capital social e reservas

18.1 Capital social

O limite do capital autorizado da Companhia é de 225.000.000 (duzentos e vinte e cinco milhões) de ações ordinárias, todas sem valor nominal. Dentro dos limites autorizados no estatuto, poderá a Companhia, mediante deliberação do Conselho de Administração, aumentar o capital social independentemente de reforma estatutária. O Conselho de Administração fixará as condições de emissão, inclusive preço e prazo de integralização.

O capital social integralizado da Companhia, em 31 de março de 2011, é de R\$ 408.734 (R\$ 408.734 em 31 de dezembro de 2010), representado por 122.349.065 (cento e vinte dois milhões, trezentos e quarenta e nove mil e sessenta e cinco) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. De acordo com o art. 43 do Estatuto Social da Companhia, qualquer acionista que adquira ou se torne titular de ações de emissão da Companhia em quantidade igual ou superior a 20% do total de ações emitidas deverá, no prazo máximo de 60 dias a contar da data de aquisição, realizar uma Oferta Pública (OPA) para aquisição da totalidade das ações, observando disposições da regulamentação da CVM, dos regulamentos da BOVESPA e do Estatuto Social da Companhia, em condições tais que protejam os interesses dos demais acionistas. Em 31 de março de 2011, nenhum acionista detém, individualmente, participação acionária igual ou superior a 20%.

A cada ação ordinária corresponde o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral, bem como o direito a participar da destinação dos lucros, na forma de dividendos, propostos em conformidade com o Estatuto Social da Companhia e de acordo com os artigos 190 e 202 da Lei 6.404/76, que estabelecem um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido ajustado.

18.2 Reservas de capital

a) Reservas de ágio

Referem-se ao ágio originado de incorporação reversa da JC Penney Brasil Investimentos Ltda. (R\$ 106.660) e da empresa JC Penney Brasil Comercial Ltda (R\$ 11.505), ocorrido em 3 de dezembro de 1999 e 25 de maio de 2005, respectivamente.

b) Reserva de plano de opções de compra de ações

Referem-se à contrapartida das despesas do plano de opção de compra de ações, conforme descrito na nota explicativa nº 25. A destinação das reservas de capital depende de deliberação em Assembleia Geral Extraordinária de acionistas (AGE).

Notas Explicativas

18.3 Reservas de lucros

a) Reserva para investimento e expansão

Esta reserva é constituída conforme destinação deliberada pelos órgãos da administração, para fazer frente aos investimentos do plano de expansão da Companhia, conforme previsto no art. 35, item (c) do estatuto social da Companhia.

b) Reserva legal

Esta reserva é constituída conforme determina a legislação societária.

c) Dividendo adicional proposto

Refere-se aos dividendos propostos em excesso ao mínimo obrigatório, cuja destinação é realizada por aprovação pela Assembleia Geral Ordinária (AGO).

19 Ajuste de avaliação patrimonial

São apresentados como ajuste de avaliação patrimonial os resultados não realizados com os instrumentos financeiros derivativos (notas explicativas nº 3.17 e 21). O montante dos ajustes registrados representa uma perda, líquida de impostos, no montante de R\$ 972 mil (R\$ 2.610 em 31/12/2010) e serão revertidos quando da liquidação dos referidos instrumentos financeiros, com os efeitos no resultado segundo o regime de competência.

20 Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas pelas opções de compra de ações, sendo determinado a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da sociedade), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em circulação. A quantidade de ações calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações.

	Controladora – BRGAAP e Consolidado - IFRS e BRGAAP	
	1T11	1T10
Básico		
Numerador básico		
Lucro líquido alocado para ações ordinárias	47.587	36.903
Denominador básico		
Média ponderada de ações ordinárias	122.349	121.881
LUCRO POR AÇÃO – BÁSICO	0,3889	0,3028
Diluído		
Numerador diluído		
Lucro líquido alocado para ações ordinárias	47.587	36.903
Denominador diluído		
Média ponderada de ações ordinárias	122.349	121.881

Notas Explicativas

Mais:		
Potencial incremento nas ações ordinárias em função do plano de opções de ações	2.211	1.308
Total	124.560	123.189
LUCRO POR AÇÃO – DILUÍDO	0,3820	0,2996

21 Instrumentos financeiros e gestão de capital

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderiam ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de metodologias de mercado pode produzir efeitos diferentes nos valores de realização estimados.

21.1 Instrumentos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros ativos operados pela Companhia incluem, (i) recebíveis, composto por contas a receber de clientes pela venda de mercadorias e equivalentes de caixa; e (ii) derivativos usados para hedge.

Os instrumentos financeiros passivos operados pela Companhia incluem, (i) Fornecedores; e (ii) Empréstimos e financiamentos.

21.2 Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado

Caixa e equivalentes de caixas

As taxas de juros que remuneram os equivalentes de caixa da Companhia, no encerramento do exercício se aproximam das taxas de mercado para operações de natureza, prazo e risco semelhantes, de forma que, os saldos contábeis dos equivalentes de caixa são similares aos de mercado.

Empréstimos e financiamentos

As taxas de juros dos empréstimos contratados, no encerramento do período, se aproximam das taxas de mercado para instrumentos de natureza, prazos e riscos semelhantes e, portanto, o valor contábil dos empréstimos são similares aos de mercado.

Derivativos

O critério de determinação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é baseado na utilização das curvas de mercado de cada derivativo na data da apuração.

21.3 Gestão de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a alguns riscos financeiros, tais como: risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e risco limitado ao valor do prêmio pago do derivativo que visa proteger a exposição de variação de preços da moeda.

A gestão de risco é realizada pela área de finanças corporativas da Companhia, segundo as políticas aprovadas pela Diretoria. A tesouraria da Companhia identifica, avalia e protege contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia.

Notas Explicativas

(a) Riscos de mercado

Risco cambial

O risco cambial decorre de operações comerciais futuras, geradas principalmente pela importação de mercadorias denominadas em dólar norte americano. A política de gestão de risco cambial definida pela administração da Companhia é a de proteger até 100% do custo FOB de suas importações, via operações de hedge, compostas por contratos de opções de compra de dólar norte americano (nota explicativa nº 3.17). O hedge é utilizado somente como um instrumento de proteção de valor da Companhia, e nunca como um instrumento especulativo, podendo ser realizado em operações expostas à moeda estrangeira que tenham impacto financeiro na empresa.

Uma vez definido o planejamento de compras, é tomado por base o nível de preço de moeda que viabiliza a comercialização das mercadorias no mercado local, dentro dos padrões de margem de lucro esperados e dos prazos de entrega prováveis e, a partir daí se define o preço de exercício e vencimentos que nortearão a contratação das opções de compra de dólar norte americano.

Ao limitar-se ou reduzir-se os riscos cambiais incorridos na execução das operações da Companhia, através da contratação de instrumentos derivativos, busca-se garantir rentabilidade mínima nas transações que envolvam ativos ou passivos precificados em moeda estrangeira, como na lucratividade oriunda da comercialização de produtos importados ou na limitação de custos em operações de dívida em moeda estrangeira.

Risco de taxa de juros

Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros. A política da Companhia é a de manter 100% de seus empréstimos com pagamento em taxa de juros fixa ou atrelados ao CDI. Visando minimizar riscos, a Companhia tem como prática a manutenção de hedge natural composto por ativos financeiros indexados ao CDI e recebíveis corrigidos a taxas de juros fixa.

A Companhia analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e hedge natural. Com base nesses cenários, a Companhia define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Permanentemente é efetuado acompanhamento das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

Considerando a manutenção de posições de equivalentes de caixa indexados ao CDI e em patamares superiores às captações de dívida, também atreladas ao CDI e parte em taxas de juros fixas, posições de financiamentos de clientes em montantes equivalentes às linhas de crédito tomadas para financiamento destas operações e indexadas pelas mesmas taxas, levando em conta ainda a estrutura de financiamento das operações, predominantemente de capital próprio, a administração entende que seus resultados possuem baixa sensibilidade a variações nas taxas de juros praticadas no mercado.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito aos seus clientes.

As políticas de vendas e concessão de crédito da Companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela Administração da Companhia por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento

Notas Explicativas

(análise de crédito) e da diversificação de suas operações (pulverização do risco). A Companhia registrou provisão para perdas em crédito no montante de R\$ 53.716 em 31 de março de 2011 (R\$ 57.085 e 31 de dezembro de 2010), para cobrir os riscos de crédito. O agendamento (*aging*) de recebimentos e a provisão de perdas com crédito reconhecidas pela Companhia estão apresentadas na nota explicativa nº 6. Os ativos representados por equivalentes de caixa, depósitos em bancos e derivativos, tem como contraparte, instituições financeiras de reconhecida solidez e/ou são lastreados em títulos garantidos por estas instituições.

(c) Risco de liquidez

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Os limites globais concedidos a Companhia tem espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis (notas explicativas nº 12 e 13), não gerando risco de quebra desses limites ou cláusulas dos empréstimos. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia.

A Companhia investe o excesso de caixa em ativos financeiros com incidência de juros (nota explicativa nº 5) escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem de segurança conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Em 31 de março de 2011, os equivalentes de caixa mantidos pela Companhia possuem liquidez imediata e são considerados para administrar o risco de liquidez.

O passivo financeiro mantido pela Companhia em 31 de março de 2011 é representado basicamente pelos empréstimos e financiamentos, cuja expectativa de fluxos de caixa futuros encontra-se apresentada nas notas explicativas nº 12 e 13.

21.4 Instrumentos financeiros derivativos

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A contratação de instrumentos derivativos é utilizada conforme definido em política interna, aprovada pela diretoria, somente para proteção de ativos e passivos da Companhia, cujo valor esteja exposto a riscos de variação de preços da moeda.

Em 31 de março de 2011, a Companhia tem contratada a compra de 37.971 mil opções de compra de dólar norte americano. Cada opção de compra de dólar norte americano assegura o direito à Companhia de adquirir a referida moeda a um preço estabelecido para o vencimento (preço de exercício). Em 31 de março de 2011, o preço de exercício médio das opções de compra de dólar adquiridas era de R\$ 1,7937 para cada dólar.

A avaliação do valor justo dos derivativos é estabelecida com base no mercado ativo (nível 1). Em 31 de março de 2011, o valor justo dos derivativos apresentados pela Companhia monta em R\$ 1.157, e foi alocado nos estoques, como importações em andamento. Esse montante representa o risco máximo do instrumento contratado, já que a opção de compra de dólar assegura um direito e não impõe obrigações ao contratante.

A tabela a seguir sumaria as informações referentes às opções de compra de dólar norte americano em aberto em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010:

Período	Operação	Valor pago pelas opções em aberto	Valor justo das opções – perda não realizada	Vencimentos
---------	----------	-----------------------------------	--	-------------

Notas Explicativas

31/03/2011	Opção de compra de dólar	2.629	1.157	De 29/04/11 a 30/11/11
31/12/2010	Opção de compra de dólar	4.604	650	De 31/01/11 a 29/07/11

A tabela a seguir sumaria os resultados dos derivativos diferidos no patrimônio líquido, considerando a aplicação do conceito de hedge de fluxo de caixa:

Período	Perdas diferidas - bruta	IR/CSLL (34%)	Perdas diferidas - líquida
31/03/2011	(1.473)	501	(972)
31/12/2010	(3.954)	1.344	(2.610)

Considerando que o instrumento contratado tem a finalidade de proteger a Companhia contra riscos de alta da moeda norte americana, segue análise de sensibilidade para três cenários hipotéticos, sendo um cenário esperado à época das contratações e dois cenários de alta do dólar norte americano, em 31 de março de 2011:

Período	Operação	Valor de referência da cobertura US\$	Cotação US\$ exercício	Risco	Resultado Hedge Cenário esperado	Resultado bruto Hedge Cenário I (alta 25%)	Resultado bruto Hedge Cenário II (alta 50%)
31/03/2011	Opção de compra de dólar	37.971	1,7937	Alta do US\$	(2.629)	14.398	31.426
31/12/2010	Opção de compra de dólar	44.743	1,7885	Alta do US\$	(4.604)	15.382	35.388

21.5 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para minimizar os custos a ela associados.

A Companhia tem utilizado essencialmente capital próprio para o financiamento de suas atividades, apresentando, consistentemente, baixo nível de endividamento quando comparado à sua posição de patrimônio líquido, bem como quando comparado à sua posição de caixa.

A sólida posição patrimonial da Companhia, e sua longa relação com importantes instituições financeiras e com o mercado de capitais, lhe garantem condições de acesso bastante confortáveis para captação de recursos via endividamento ou mesmo, emissão de novas ações para aumento de capital, se assim for necessário.

22 Partes relacionadas

A Companhia, sociedades controladas e pessoas ligadas, realizaram algumas operações entre si, relativas a aspectos financeiros e operacionais da Companhia. Descrevemos abaixo as operações mais relevantes:

a) Contexto Consolidado

Remuneração dos membros do Conselho e da Diretoria (a "Administração")

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixarem o montante global da remuneração anual dos administradores. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores, após considerar o parecer do Comitê de Remuneração nos termos do art. 21 do Estatuto Social. Em 31 de março de 2011, a remuneração dos administradores totalizou R\$ 1.413 (R\$ 1.801 em 31/03/2010), apresentados como outros resultados operacionais (nota explicativa nº 28).

Notas Explicativas

A Assembleia Geral Ordinária realizada em 11 de abril de 2011 aprovou o limite de remuneração global dos administradores em até R\$ 10.000 para o exercício social de 2011.

Plano de opções de compra de ações

A Companhia possui planos de remuneração baseado em ações (nota explicativa nº 25). Em 31 de março de 2011, a despesa com plano de opções de compra de ações de administradores totalizou R\$ 3.073 (R\$ 3.703 em 31/03/2010), apresentados como despesa operacional antes do resultado financeiro.

Participação estatutária

A participação estatutária refere-se à participação nos lucros atribuída aos administradores conforme definido no artigo 35, parágrafo único do estatuto social da Companhia e depende de aprovação dos acionistas em Assembleia Geral.

b) Contexto Controladora

Contratos de Locação

Em 2009, a Companhia renovou o contrato de locação com a controlada Dromegon do prédio da loja no centro de Porto Alegre. O valor da locação desse imóvel é sempre o maior valor entre (i) o equivalente a 5,5% das vendas mensais líquidas de tributos realizadas pela loja e (ii) R\$ 162 ao mês. O referido contrato de locação tem prazo de validade de 10 anos, sujeito a renovação.

Contrato de Prestação de Serviço de Concessão de Empréstimos e Intermediação de Venda de Títulos de Capitalização

A Companhia oferece serviços financeiros de empréstimo pessoal, através de sua subsidiária, RACC, mediante contratos de convênio para concessão de empréstimos realizado junto a instituições financeiras, proporcionando aos titulares do Cartão Renner condições para obtenção de empréstimo pessoal. A Lojas Renner participa na operação com sua infra-estrutura operacional e como garantidora da operação. A RACC também oferece venda de títulos de capitalização através de um contrato de cooperação comercial realizado com a empresa Icatu Hartford Capitalização S.A.

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2011, bem como os valores das transações registrados no resultado do período relativas a operações com partes relacionadas decorrem de transações realizadas conforme condições contratuais e usuais de mercado para os respectivos tipos de operações e estão sumariadas a seguir:

	Controladas		Total	
	Dromegon	RACC	Controladora – BRGAAP	
Ativo			31/03/2011	31/12/2010
Investimentos	11.659	13.834	25.493	22.680
Conta corrente com empresas ligadas	-	-	-	-
Passivo				
Aluguéis a pagar	6.191	-	6.191	5.647
Conta corrente com empresas ligadas	-	16.781	16.781	17.335
Transações no período			Controladora - BRGAAP	
			1T11	1T10
Despesas com aluguéis	(706)	-	(706)	(644)
Resultado de equivalência patrimonial	577	2.247	2.824	5.553

Notas Explicativas

23 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas mantêm apólices de seguro contratado junto a algumas das principais seguradoras do país, que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. Em 31 de março de 2011, a Companhia e suas controladas possuíam cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado e para estoques, conforme demonstrado abaixo.

	Controladora (BRGAAP) e Consolidado (IFRS e BRGAAP)	
	31/03/2011	31/12/2010
Responsabilidade civil	57.000	57.000
Riscos diversos – Imobilizado e estoques	1.053.854	1.003.003
Veículos	9.081	9.104

24 Acordos ou outras obrigações relevantes entre a Companhia e seus administradores

Conforme Capítulo IV, art. 13 do Estatuto Social da Companhia, a administração da Companhia incumbe ao Conselho de Administração e à Diretoria. A investidura desses Administradores no cargo faz-se por termo lavrado em livro próprio, assinado pelo Administrador empossado, dispensada qualquer garantia de gestão, e pela prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores a que alude o Regulamento de Listagem do Novo Mercado.

O Conselho de Administração, eleito pela Assembleia Geral, tem mandato unificado de 1 (um) ano, permitida a reeleição. Os membros do Conselho de Administração em exercício serão considerados automaticamente indicados para reeleição por proposta conjunta dos membros do Conselho de Administração.

A Diretoria, cujos membros são eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, tem prazo de mandato de 2 anos, permitida a reeleição e estão vinculadas por meio de um contrato de prestação de serviços, cuja remuneração compreende um componente fixo corrigido anualmente pelo INPC e um variável, cujo valor reflete o desempenho financeiro da Companhia. O vencimento dos contratos está vinculado ao prazo de mandato dos diretores, com exceção do contrato firmado com o Diretor Presidente.

A Companhia firmou em março de 2009, um novo contrato de prestação de serviços com o seu Diretor Presidente. O Contrato prevê a permanência do executivo por no mínimo 5 (cinco) anos, remuneração compreendendo um componente fixo corrigido anualmente pelo INPC e um variável, cujo valor reflete o desempenho financeiro da Companhia.

25 Plano de opção de compra de ações

Em reunião do Conselho de Administração realizada no dia 16 de fevereiro de 2011, foi aprovada a proposta do Comitê de Remuneração para implementação um novo programa do plano de opção de compra de ações (7º outorga), outorgando 638 mil opções de compra de ações da Companhia. O preço de exercício das opções ficou estabelecido em R\$ 51,42 (cinquenta e um reais e quarenta e dois centavos) por ação. Não haverá atualização monetária no preço de exercício das opções.

Os programas prevêem que cinquenta por cento das opções tornar-se-ão exercíveis após o decurso de três anos de sua respectiva outorga, e o restante, após o decurso de quatro anos (considerando apenas as opções objeto de uma mesma outorga). Os programas prevêem também o direito ao exercício, em caso de falecimento, aposentadoria ou invalidez permanente do participante. A partir da 3º outorga, no caso da obrigação de realizar oferta pública, nos termos dos Art. 40, 41, 42 e 43 do Estatuto Social, ou na hipótese de sucesso de oferta pública para aquisição do controle da

Notas Explicativas

Companhia, se qualquer desses casos resultar em desligamento sem justa causa de participante do Plano por iniciativa da Companhia, todas as opções outorgadas ao respectivo participante e que ainda não sejam passíveis de exercício tornar-se-ão automaticamente exercíveis. Após uma opção ter se tornado exercível, o beneficiário (Administradores e Executivos selecionados) poderá exercê-la a qualquer tempo, a seu exclusivo critério, até o término do prazo de 6 (seis) anos contados da data de outorga de tal opção. O 1º e 2º programas de outorga de opções dos Administradores prevêem o comprometimento para que não sejam vendidas, transferidas, oneradas ou de qualquer outra forma negociada o equivalente a 50% das ações que vierem a ser subscritas e integralizadas em razão do exercício das opções outorgadas por um período de um ano contado da data de subscrição e integralização das referidas ações. A outorga contratual de opções do Diretor Presidente, datada em 30 de março de 2009, prevê que o exercício das opções estará sujeito a um prazo de carência (*vesting*) total de seis anos contados da data de outorga. A partir do segundo aniversário da data de outorga, será permitido o exercício antecipado em parcelas de 20% ao ano, desde que atingida uma meta de valorização da Companhia através do indicador *Total Shareholder Return (TSR)*, estabelecida pelo Conselho de Administração.

Cada opção corresponde ao direito de subscrever uma ação da Companhia. Em 31 de março de 2011, existiam 5.797 mil opções (5.159 mil em 31 de dezembro de 2010), representando, no total, aproximadamente 4,74% das 122.349.065 ações emitidas pela Companhia.

A despesa contabilizada corresponde ao valor justo dos respectivos instrumentos financeiros, calculado na data da outorga, com base no modelo de Black&Scholes, registrado em uma base "pro rata temporis", durante o período de prestação de serviços que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito ao exercício da opção. No exercício findo em 31 de março de 2011, a Companhia reconheceu esta despesa no montante de R\$ 4.727 (R\$ 3.829 em 31 de março de 2010).

O quadro a seguir apresenta a movimentação das outorgas de opções de compra de ações, o preço de fechamento da ação da Companhia em 31 de março de 2011 e o valor da opção corrigido pelo IPCA nesta mesma data:

	1º outorga A	1º outorga B	2º outorga	3º outorga A	3º outorga B	4º outorga	5º outorga
Total de opções de compra de ações emitidas – mil –	760	55	815	517	250	1.029	1.094
(-) Exercício das opções de compra de ações – mil	(627)	(50)	(182)	(28)	-	-	-
(-) Cancelamento das opções de compra de ações – mil	(126)	(5)	(216)	(234)	-	(185)	(124)
(=) Saldo atual do número de opções de compra de ações em 31/03/2011 – mil	7	-	417	255	250	844	970
Valor da opção para exercício em 31/03/2011 (1º e 2º outorgas corrigidos pelo IPCA) – R\$	8,39	N/A	26,87	29,01	29,83	34,25	15,15
Valor de mercado da ação em 31/03/2011 – R\$	52,89	52,89	52,89	52,89	52,89	52,89	52,89
	Outorga contratual	6º outorga A	6º outorga B	7º outorga	Total 31/03/2011	Total 31/12/2010	
Total de opções de compra de ações emitidas – mil –	1.822	601	10	638	7.591	6.953	
(-) Exercício das opções de compra de ações – mil	-	-	-	-	(887)	(887)	
(-) Cancelamento das opções de compra de ações – mil	-	(17)	-	-	(907)	(907)	
(=) Saldo atual do número de opções de compra de ações em 31/03/2011 – mil	1.822	584	10	638	5.797	5.159	
Valor da opção para exercício em 31/03/2011 (1º e 2º outorgas corrigidos pelo IPCA) – R\$	14,44	38,65	38,97	51,42			
Valor de mercado da ação em 31/03/2011 – R\$	52,89	52,89	52,89	52,89			

Considerando o exercício das 5.797 mil opções *in the money*, aos respectivos preços de exercícios

Notas Explicativas

acima mencionados, demonstramos a seguir os efeitos no valor patrimonial da ação e respectivo percentual de redução de participação societária dos atuais acionistas em 31 de março de 2011:

Valor do Patrimônio Líquido em 31/03/2011	1.056.786
Quantidade de ações em 31/03/2011 – mil	122.349
Valor patrimonial da ação em 31/03/2011 – R\$	8,64
Valor do Patrimônio Líquido em 31/03/2011, considerando o exercício das opções <i>in the money</i>	1.208.576
Quantidade de ações em 31/03/2011, considerando o exercício das opções <i>in the money</i>	128.146
Valor patrimonial da ação em 31/03/2011, considerando o exercício das opções <i>in the money</i>	9,43
% de redução na participação societária dos atuais acionistas, considerando o exercício das opções <i>in the Money</i>	4,52

Na determinação do valor justo das opções de ações, foram utilizadas as seguintes premissas econômicas:

	1º Outorga (A)	1º Outorga (B)	2º Outorga	3º Outorga (A)	3º Outorga (B)	4º Outorga
Data da outorga	29/07/05	17/10/05	01/06/06	30/04/07	15/05/07	31/03/08
Dividend yield	-	-	1,21%	0,95%	0,89%	2,04%
Volatilidade do preço da ação	25,97%	59,37%	46,85%	34,46%	36,15%	51,39%
Taxa de juro livre de risco	14,87%	14,19%	14,92%	10,05%	9,69%	12,51%
"Vesting period"	0,33 anos	0,54 anos	1,16 anos	2,06 anos	2,10 anos	2,99 anos
Número de opções	760	55	815	517	250	1.029
Valor justo na data da outorga	5.022	443	13.484	7.772	4.191	21.565
Valor da opção para exercício em 31/03/2011 - (1º e 2º outorgas corrigidas pelo IPCA) – R\$	8,39	11,96	26,87	29,01	29,83	34,25
	5º Outorga	Outorga contratual	6º Outorga (A)	6º Outorga (B)	7º Outorga	
Data da outorga	19/01/09	30/03/09	18/01/10	15/03/10	16/02/11	
Dividend yield	2,21%	2,65%	3,07%	2,93%	3,65%	
Volatilidade do preço da ação	79,74%	57,45%	33,65%	35,38%	42,84%	
Taxa de juro livre de risco	11,39%	11,02%	12,12%	11,51%	11,80%	
"Vesting period"	3,80 anos	3,99 anos	4,79 anos	4,94 anos	5,87 anos	
Número de opções	1.094	1.822	601	10	638	
Valor justo na data da outorga	14.079	16.296	12.349	218	19.040	
Valor da opção para exercício em 31/12/2010 - (1º e 2º outorgas corrigidas pelo IPCA) – R\$	15,15	14,44	38,65	38,97	51,42	

26 Plano de aposentadoria e pensão

A Companhia não tem compromisso para patrocínio de plano de aposentadoria para assegurar benefício complementar aos da previdência social em proveito de seus empregados e administradores.

27 Ônus, garantias e responsabilidades

A Companhia possui penhora de um dos seus imóveis registrados no Ativo Imobilizado, decorrente de débitos que estavam sob discussão com a Fazenda Nacional.

Em 31 de julho de 2003, a Companhia optou por incluir os débitos com a Fazenda Nacional e FNDE, objeto de penhor, que totalizavam na data R\$ 1.074, no parcelamento especial instituído pela Lei 10.684/2003 (PAES). Referido parcelamento, destacado na nota explicativa nº 17, vem sendo regularmente pago pela Companhia e tem vencimentos programados até outubro de 2013, data em que poderão ser liberados os gravames sobre os referidos imóveis.

Notas Explicativas

Em 15 de agosto de 2000, a Companhia celebrou Contrato de Financiamento aos Titulares dos Cartões ("Contrato") com a controlada RACC e com o Banco Santander, para regular os procedimentos relativos aos empréstimos a serem concedidos pelo Santander aos clientes da Companhia titulares do Cartão Renner ("Clientes"), nos termos do Contrato de Prestação de Serviços de Emissão, Utilização e Administração de Cartão de Crédito Renner ("Contrato de Emissão"). Nos termos do Contrato, o Banco Santander abriu uma linha de crédito rotativo em favor dos Clientes. A Companhia é fiadora e principal pagador solidário, devendo liquidar os débitos contraídos pelos Clientes, em caso de inadimplemento.

Os financiamentos concedidos aos clientes estão registrados na conta de financiamentos – operações serviços financeiros do passivo circulante e totalizam em 31 de março de 2011, R\$ 31 na controladora – BRGAAP e R\$ 881 no consolidado - IFRS e BRGAAP (R\$ R\$ 69.624 e R\$ 69.709 em 31 de dezembro de 2010, respectivamente), vide nota explicativa nº 13.

A partir de agosto de 2005, a Companhia passou a oferecer aos seus clientes a condição de pagamento com encargos (0 + 8 parcelas), através da intermediação junto a instituições financeiras (conta garantida/Vendor), na qual a Companhia figura como fiadora e principal pagadora, sendo solidariamente responsável por todas as obrigações, principal e acessórias, oriundas da operação. Em 31 de março de 2011, o montante a vencer das operações de vendas financiadas garantidas pela Companhia totalizam R\$ 14.416 na controladora – BRGAAP e R\$ 14.489 no consolidado – IFRS e BRGAAP (R\$ 98.715 e R\$ 98.735 em 31 de dezembro de 2010, respectivamente), vide nota explicativa nº 13.

A partir de Dezembro de 2010, a Companhia passou a disponibilizar aos clientes, através do Convênio para Concessão de Financiamentos – Vendor Eletrônico com o Itaú Unibanco, linha de crédito destinada ao financiamento dos clientes inadimplentes. A Companhia presta garantia ao Itaú Unibanco de referidas operações, assumindo como fiadora e principal pagadora das obrigações assumidas pelos clientes. Os financiamentos concedidos aos clientes nesta modalidade de crédito estão registrados na conta de financiamentos – operações serviços financeiros do passivo circulante e totalizam, em 31 de março de 2011, R\$ 32.918 na controladora e no consolidado (R\$ 19.695 em 31/12/2010).

Em abril de 2006, a Companhia e a sua controlada RACC celebraram "Contrato de Convênio Para Concessão de Empréstimos Pessoais" aos titulares do Cartão Renner junto ao Banco Safra S.A. e, a partir de março de 2010, junto ao Banco Alfa. Como parte da operação, a Lojas Renner S.A. assume junto aos Bancos, na condição de fiador e principal pagador, a plena e direta responsabilidade por todas as obrigações, principal e acessórias, contraídas e a serem contraídas pelos titulares do Cartão Renner nos empréstimos pessoais concedidos com base no contrato. Em 31 de março de 2011, o montante a vencer dos empréstimos pessoais garantidos totaliza R\$ 79.304 (R\$ 76.644 em 31 de dezembro de 2010), conforme Nota explicativa nº 13.

28 Outros resultados operacionais

Apresentamos a composição dos outros resultados operacionais:

	Controladora – BRGAAP		Consolidado – IFRS e BRGAAP	
	31/03/2011	31/03/2010	31/03/2011	31/03/2010
Remuneração dos administradores	(1.413)	(1.801)	(1.413)	(1.801)
Tributárias	(6.124)	(5.156)	(6.128)	(5.158)
Despesas com produtos/serviços financeiros	(14.449)	(9.407)	(17.629)	(9.571)
Outras receitas operacionais	870	1.042	870	1.043
Outras despesas operacionais	(173)	(34)	(173)	(34)
Participação empregados (a)	(2.256)	(2.708)	(2.256)	(2.708)
Outros resultados operacionais	(23.545)	(18.064)	(26.729)	(18.229)

Notas Explicativas

(a) Refere-se à despesa com o Programa de Participação nos Resultados, estruturado em conformidade com a Lei 10.101/2000.

29 Resultado financeiro

Apresentamos a composição do resultado financeiro:

	Controladora – BRGAAP		Consolidado – IFRS e BRGAAP	
	31/03/2011	31/03/2010	31/03/2011	31/03/2010
Receitas financeiras	9.345	7.892	9.345	7.892
Despesas financeiras	(3.945)	(3.058)	(3.964)	(3.065)
Outras receitas / (despesas) financeiras	391	627	389	625
Resultado Financeiro	5.791	5.461	5.770	5.452

30 Informações por segmento de negócios

A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pelo Conselho de Administração.

As informações por segmento da Companhia estão segregadas em varejo e produtos financeiros.

A tabela abaixo demonstra essa segregação:

	Controladora – BRGAAP					
	Varejo		Produtos Financeiros		Total	
	31/03/2011	31/03/2010	31/03/2011	31/03/2010	31/03/2011	31/03/2010
Receita líquida	517.707	440.246	74.403	59.591	592.110	499.837
Custo das vendas de mercadorias e serviços	(243.393)	(206.779)	(6.154)	(6.011)	(249.547)	(212.790)
(Despesas)						
Vendas	(167.679)	(137.674)	-	-	(167.679)	(137.674)
Administrativas e gerais	(51.512)	(40.966)	-	-	(51.512)	(40.966)
Perdas em créditos, líquidas	-	-	(18.781)	(23.584)	(18.781)	(23.584)
Outros resultados operacionais	(9.096)	(8.658)	(14.449)	(9.407)	(23.545)	(18.065)
LAJIDA (nota explicativa 3.22)	46.027	46.169	35.019	20.589	81.046	66.758

	Consolidado – IFRS e BRGAAP					
	Varejo		Produtos Financeiros		Total	
	31/03/2011	31/03/2010	31/03/2011	31/03/2010	31/03/2011	31/03/2010
Receita líquida	517.707	440.246	81.060	65.488	598.767	505.734
Custo das vendas de mercadorias e serviços	(243.393)	(206.779)	(6.154)	(6.011)	(249.547)	(212.790)
(Despesas)						
Vendas	(167.000)	(137.053)	-	-	(167.000)	(137.053)
Administrativas e gerais	(51.523)	(40.966)	-	-	(51.523)	(40.966)
Perdas em créditos, líquidas	-	-	(18.809)	(23.584)	(18.809)	(23.584)
Outros resultados operacionais	(9.100)	(8.658)	(17.629)	(9.571)	(26.729)	(18.229)
LAJIDA (nota explicativa 3.22)	46.691	46.790	38.468	26.322	85.159	73.112

31 Contratos de locação de imóveis de unidades em operação

Em 31 de março de 2011, a Companhia possuía 146 contratos de locação para suas unidades comerciais, de logística e administrativa (147 em 31/12/2010). A Companhia analisou referidos contratos e concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional.

Notas Explicativas

Os contratos de locação das unidades comerciais (lojas), em sua maioria, prevêem uma despesa de aluguel variável, incidente sobre as vendas, ou um valor mínimo, sendo a obrigação mensal da Companhia, pagar o maior valor entre ambos. Os valores mínimos dos contratos são reajustados anualmente, de acordo com a variação dos principais índices de inflação.

Os contratos de aluguel das áreas de logística e administrativa possuem valores fixados em contrato, com reajustes anuais, conforme variação dos principais índices de inflação.

Os contratos de aluguel são avaliados e reconhecidos na despesa com base na maturação das lojas.

Em 31 de março de 2011, no contexto da controladora, que inclui a operação de aluguel com a Dromegon descrita na nota explicativa nº 22, as despesas de aluguéis, líquidas dos impostos a recuperar, totalizaram R\$ 28.311 (R\$ 22.704 em 31/03/2010). O saldo da conta de aluguéis a pagar, em 31 de março de 2011, é de R\$ 22.782 (R\$ 26.456 em 31 de dezembro de 2010).

Em 31 de março de 2011, no contexto consolidado, eliminado a operação de aluguel com a Dromegon descrita na nota explicativa nº 22, as despesas de aluguéis, líquidas dos impostos a recuperar, totalizaram R\$ 27.631 (R\$ 22.084 em 31/03/2010). O saldo da conta de aluguéis a pagar, em 31 de março de 2011, é de R\$ 16.591 (R\$ 20.809 em 31/12/2010).

Os compromissos futuros, oriundos destes contratos, a valores de 31 de março de 2011 totalizam um montante mínimo de R\$ 749.816, assim distribuídos:

	<u>Total</u>	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2016 em diante</u>
Aluguéis	749.816	79.457	106.511	105.160	104.002	89.144	265.542

32 Despesas por natureza

Apresentamos a seguir, segregação por natureza, das despesas apresentadas nas demonstrações do resultado de acordo com sua função:

	<u>Controladora - BRGAAP</u>		<u>Consolidado - IFRS e BRGAAP</u>	
	<u>31/03/2011</u>	<u>31/03/2010</u>	<u>31/03/2011</u>	<u>31/03/2010</u>
(Despesas) outras receitas operacionais				
Vendas	(167.679)	(137.674)	(167.000)	(137.053)
Despesas com pessoal	(61.919)	(51.764)	(61.919)	(51.764)
Despesas com serviços de terceiros	(34.273)	(27.359)	(34.273)	(27.359)
Despesa com ocupação	(38.680)	(32.457)	(38.001)	(31.836)
Outras despesas	(32.807)	(26.094)	(32.807)	(26.094)
Administrativas e gerais	(51.512)	(40.966)	(51.523)	(40.966)
Despesas com pessoal	(22.759)	(16.618)	(22.770)	(16.618)
Despesas com serviços de terceiros	(8.812)	(6.322)	(8.812)	(6.322)
Despesa com ocupação	(2.719)	(1.418)	(2.719)	(1.418)
Outras despesas	(17.222)	(16.608)	(17.222)	(16.608)
Perdas em créditos, líquidas	(18.781)	(23.584)	(18.809)	(23.584)
Outros resultados operacionais	(23.545)	(18.064)	(26.729)	(18.229)
Total das despesas	(261.517)	(220.288)	(264.061)	(219.832)

33 Destinações do lucro

Em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada na data de 16 de dezembro de 2010, foi aprovado pagamento de juros sobre capital próprio aos acionistas da Companhia que

Notas Explicativas

detinham ações nesta mesma data no montante de R\$ 70.228 (R\$ 0,5740 por ação), para pagamento em até 10 dias após a realização da Assembleia Geral Ordinária de acionistas. O cálculo dos Juros sobre Capital Próprio tem como base a variação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP sobre o Patrimônio Líquido, limitado ao maior valor entre 50% do lucro do exercício antes do imposto de renda ou do saldo dos lucros acumulados e reservas de lucros.

Foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada na data de 11 de abril de 2011, a distribuição de dividendos no montante de R\$ 231.021 (R\$ 1,8882 por ação, sendo R\$ 70.228 na forma de juros sobre capital próprio). Em 31 de março de 2011, os montantes de dividendos correspondentes ao mínimo obrigatório, bem como os juros sobre capital próprio, líquidos do imposto de renda na fonte, estão reconhecidos no passivo na rubrica de obrigações estatutárias, a cujos valores se somarão os dividendos excedentes ao mínimo obrigatório (nota explicativa nº 18,) para pagamento até o dia 20 de abril de 2011.

A Administração da Companhia propôs, em reunião do Conselho de Administração realizada em 14 de março de 2011, a distribuição antecipada de juros sobre o capital próprio do exercício de 2011, no montante de R\$ 18.474 (R\$ 0,1510 por ação). A distribuição desses dividendos será submetida à aprovação em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se até o mês de abril de 2012.

Os juros sobre o capital próprio, originalmente, são registrados nos livros contábeis e fiscais como despesa financeira, por ocasião da apropriação dos valores a pagar aos acionistas. Entretanto, para fins de preparação dessas demonstrações financeiras, utiliza-se a essência da transação e, portanto, são considerados como dividendos pagos e não transitam pelo resultado. Consequentemente, nessas demonstrações, os lançamentos mencionados anteriormente são reclassificados, ou seja, os juros sobre o capital pagos ou a pagar são registrados a débito de lucros acumulados. O valor registrado foi integralmente deduzido na apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro e os benefícios tributários oriundos dessa dedução foram de, aproximadamente R\$ 6.281, conforme nota explicativa nº 9.

34 Informações relevantes

Conforme fato relevante divulgado ao mercado em 4 de abril de 2011, a Lojas Renner S.A, celebrou Contrato Particular de Compra e Venda de Quotas tendo por objeto a aquisição da totalidade das quotas representativas do capital da Maxmix Comercial Ltda. ("Maxmix"), empresa que atua no comércio varejista de utilidades domésticas, artigos de cama, mesa e banho e decoração, sob a marca "Camicado Houseware" e opera em 27 lojas nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do país ("Operação").

O fechamento da Operação está sujeito à implementação de determinadas condições precedentes usuais nesse tipo de transação, incluindo sua aprovação pela Assembleia Geral da Companhia a ser especialmente convocada para esse fim, nos termos previstos no Art. 256 da Lei nº 6.404/76.

* * *

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

I - Devido nossas ações terem sido vendidas em julho/2005 de forma pulverizada não temos acionista controlador.

Informamos abaixo os acionistas com mais de 5% do capital social da Companhia (base 31/03/2011).

NOME DO ACIONISTA	QUANTIDADE	% S/TOTAL AÇÕES
Aberdeen Asset Management PLC*	17.858.786	14,60%
Black Rock Inc.*	8.999.153	7,36%
T. Rowe P.A.,Inc e T.Rowe P.I.Inc.*	6.872.800	5,62%
Outros	88.618.326	72,42%
TOTAL	122.349.065	100,00%

*Todos os acionistas acima, detentores de mais de 5% do capital social da Companhia, são administradores de fundos e não detêm individualmente o percentual divulgado e sim em nome de seus clientes, conforme comentado por eles próprios em suas correspondências à Companhia.

Informamos abaixo, de forma consolidada a quantidade e as características dos valores mobiliários de emissão da Companhia de que são titulares os administradores (base 31/03/2011):

Conselho de Administração:

Valor Mobiliário/ Derivativo	Características dos Títulos	Quantidade	% de participação	
			Mesma Espécie/ Classe	Total
Ações	Ordinárias	23	0,00%	0,00%

Diretoria:

Valor Mobiliário/ Derivativo	Características dos Títulos	Quantidade	% de participação	
			Mesma Espécie/ Classe	Total
Ações	Ordinárias	293.210	0,24%	0,24%

Conselho Fiscal:

Valor Mobiliário/ Derivativo	Características dos Títulos	Quantidade	% de participação	
			Mesma Espécie/ Classe	Total
Ações	Ordinárias	0	0,00%	0,00%

Informamos abaixo, a evolução da participação das pessoas abrangidas no item acima, em relação aos respectivos valores mobiliários, nos 12 meses imediatamente anteriores.

Órgão	Março/2010	Março/2011
Conselho Administração	28	23
Diretoria	73.735	293.210
Conselho Fiscal	0	0

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Informamos abaixo, a quantidade de ações **em circulação** e seu % de participação em relação ao total de ações emitidas pela Companhia (base 31/03/2011).

Valor Mobiliário/ Derivativo	Características dos Títulos	Quantidade	% de participação
Ações	Ordinárias	122.055.832	99,76%

II - Aderência a Câmara de Arbitragem

A Companhia, seus Acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada, ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos das disposições contidas no Contrato de Participação no Novo Mercado, no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, neste Estatuto Social, nos acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia, na Lei das Sociedades por Ações, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil ou pela CVM, nos regulamentos da BOVESPA, nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, nas Cláusulas Compromissórias e no Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, conduzida em conformidade com este último Regulamento.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Administradores e Acionistas
Lojas Renner S.A.
Porto Alegre - RS

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da Lojas Renner S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2011, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo nessa data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas. A administração é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias individuais de acordo com o CPC 21 e das informações financeiras intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e a IAS 34, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 e ISRE 2410, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não estão apresentadas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não estão apresentadas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 2.1, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Lojas Renner S.A., essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seriam avaliadas ao custo ou ao valor justo.

Outros assuntos

Demonstrações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações intermediárias do valor adicionado, individuais e consolidadas, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informação Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não estão adequadamente elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 27 de Abril de 2011.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RS

Carlos Biedermann
Contador CRC 1RS029321/O-4